



DIÁRIO

da Assembleia da República

IX LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2002-2003)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 31 DE JANEIRO DE 2003

Presidente: Ex.^{mo} Sr. João Bosco Soares Mota Amaral

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
Ascenso Luís Seixas Simões
Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos
António João Rodeia Machado

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas.
Em debate mensal com o Parlamento, o Sr. Primeiro-Ministro (Durão Barroso), após uma intervenção inicial sobre a situação política internacional suscitada pela questão do Iraque, dando conta da recente tomada de posição pública de Portugal e de mais sete países da Europa, respondeu a questões colocadas pelos Srs. Deputados Eduardo Ferro Rodrigues (PS), Guilherme Silva (PSD), Telmo Correia (CDS-PP), Carlos Carvalhas (PCP) — que

também defendeu a honra da bancada em relação a declarações do Sr. Primeiro-Ministro —, Luís Fazenda (BE), Isabel Castro (Os Verdes), José Vera Jardim (PS), Rui Gomes da Silva (PSD), Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP), Bernardino Soares (PCP), Jaime Gama (PS) e Rui Miguel Ribeiro (PSD).

Deu-se conta da apresentação do projecto de lei n.º 222/IX.
O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 12 horas e 55 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que está aberta a sessão.

Eram 10 horas.

Srs. Deputados presentes à sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

Abílio Jorge Leite Almeida Costa
 Adriana Maria Bento de Aguiar Branco
 Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
 Ana Paula Rodrigues Malojo
 António Alfredo Delgado da Silva Preto
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
 António Fernando de Pina Marques
 António Henriques de Pinho Cardão
 António Joaquim Almeida Henriques
 António Manuel da Cruz Silva
 António Maria Almeida Braga Pinheiro Torres
 António Paulo Martins Pereira Coelho
 António Pedro Roque da Visitação Oliveira
 Arménio dos Santos
 Bernardino da Costa Pereira
 Carlos Alberto da Silva Gonçalves
 Carlos Alberto Rodrigues
 Carlos Jorge Martins Pereira
 Carlos Manuel de Andrade Miranda
 Carlos Parente Antunes
 Diogo de Sousa Almeida da Luz
 Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
 Eduardo Artur Neves Moreira
 Eugénio Fernando de Sá Cerqueira Marinho
 Fernando António Esteves Charrua
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
 Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho
 Fernando Santos Pereira
 Francisco José Fernandes Martins
 Gonçalo Dinis Quaresma Sousa Capitão
 Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
 Gustavo de Sousa Duarte
 Henrique José Monteiro Chaves
 Hugo José Teixeira Velosa
 Isménia Aurora Salgado dos Anjos Vieira Franco
 João Bosco Soares Mota Amaral
 João Carlos Barreiras Duarte
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá
 João José Gago Horta
 João Manuel Moura Rodrigues
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
 Joaquim Miguel Parelho Pimenta Raimundo
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
 Jorge Tadeu Correia Franco Morgado
 José Agostinho Veloso da Silva
 José António Bessa Guerra
 José António de Sousa e Silva
 José Manuel Álvares da Costa e Oliveira
 José Manuel Carvalho Cordeiro
 José Manuel de Lemos Pavão
 José Manuel de Matos Correia

José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro
 José Manuel Pereira da Costa
 Judite Maria Jorge da Silva
 Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira
 Luís Filipe Alexandre Rodrigues
 Luís Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves
 Luís Filipe Soromenho Gomes
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
 Maria Assunção Andrade Esteves
 Maria Aurora Moura Vieira
 Maria Clara de Sá Moraes Rodrigues Carneiro Veríssimo
 Maria da Graça Ferreira Proença de Carvalho
 Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo
 Maria Eulália Silva Teixeira
 Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado
 Maria Isilda Viscaia Lourenço de Oliveira Pegado
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Maria Paula Barral Carloto de Castro
 Maria Teresa da Silva Moraes
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira
 Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos
 Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos
 Pedro Filipe dos Santos Alves
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte
 Rodrigo Alexandre Cristóvão Ribeiro
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
 Rui Miguel Lopes Martins de Mendes Ribeiro
 Salvador Manuel Correia Massano Cardoso
 Vasco Manuel Henriques Cunha
 Vítor Manuel Roque Martins dos Reis

Partido Socialista (PS):

Acácio Manuel de Frias Barreiros
 Alberto Arons Braga de Carvalho
 Alberto Bernardes Costa
 Alberto de Sousa Martins
 Alberto Marques Antunes
 Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
 Antero Gaspar de Paiva Vieira
 António Alves Marques Júnior
 António Bento da Silva Galamba
 António de Almeida Santos
 António Fernandes da Silva Braga
 António José Martins Seguro
 António Luís Santos da Costa
 António Ramos Preto
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
 Ascenso Luís Seixas Simões
 Augusto Ernesto Santos Silva
 Carlos Manuel Luís
 Edite Fátima Santos Marreiros Estrela
 Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita
 Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues
 Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira
 Fernando dos Santos Cabral
 Fernando Manuel dos Santos Gomes

Fernando Pereira Serrasqueiro
 Fernando Ribeiro Moniz
 Guilherme Valdemar Pereira d'Oliveira Martins
 Jaime José Matos da Gama
 Jamila Bárbara Madeira e Madeira
 João Barroso Soares
 João Cardona Gomes Cravinho
 João Rui Gaspar de Almeida
 Joaquim Augusto Nunes Pina Moura
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
 Jorge Lacão Costa
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
 Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
 José Alberto Sequeiros de Castro Pontes
 José António Fonseca Vieira da Silva
 José Apolinário Nunes Portada
 José Augusto Clemente de Carvalho
 José Carlos Correia Mota de Andrade
 José da Conceição Saraiva
 José Eduardo Vera Cruz Jardim
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
 José Manuel Santos de Magalhães
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
 Laurentino José Monteiro Castro Dias
 Leonor Coutinho Pereira dos Santos
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
 Luís Alberto da Silva Miranda
 Luís Manuel Capoulas Santos
 Luís Manuel Carvalho Carito
 Luísa Pinheiro Portugal
 Luiz Manuel Fagundes Duarte
 Manuel Maria Ferreira Carrilho
 Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia
 Maria Cristina Vicente Pires Granada
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
 Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
 Maria do Carmo Romão Sacadura dos Santos
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima
 Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo
 Maximiano Alberto Rodrigues Martins
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
 Nelson da Cunha Correia
 Nelson Madeira Baltazar
 Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro
 Paulo José Fernandes Pedrosa
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
 Rosalina Maria Barbosa Martins
 Rui António Ferreira da Cunha
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
 Teresa Maria Neto Venda
 Vicente Jorge Lopes Gomes da Silva
 Victor Manuel Bento Baptista
 Vitalino José Ferreira Prova Canas
 Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Popular (CDS-PP):

Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello-Branco
 António Herculano Gonçalves
 Diogo Nuno de Gouveia Torres Feio
 Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 Manuel de Almeida Cambra
 Manuel Miguel Pinheiro Paiva
 Narana Sinai Coissoró
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues
 António João Rodeia Machado
 Bernardino José Torrão Soares
 Bruno Ramos Dias
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas
 Jerónimo Carvalho de Sousa
 José Honório Faria Gonçalves Novo
 Lino António Marques de Carvalho
 Maria Luísa Raimundo Mesquita

Bloco de Esquerda (BE):

Joana Beatriz Nunes Vicente Amaral Dias
 João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia
 Isabel Maria de Almeida e Castro

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, da ordem do dia de hoje consta o debate mensal da Assembleia da República com o Primeiro-Ministro.

Chamo a atenção da Câmara para o facto de este debate ser realizado segundo as disposições do artigo 239.º do Regimento, nos termos do qual o mesmo é aberto pelo Sr. Primeiro-Ministro, com uma intervenção inicial, dispondo para o efeito de 12 minutos, ao qual se seguirão perguntas dos diversos grupos parlamentares, por ordem decrescente da sua representatividade, em três voltas, sendo concedida prioridade ao maior grupo parlamentar da oposição.

Na primeira volta, as perguntas terão uma duração de 5 minutos, e o Sr. Primeiro Ministro poderá responder por igual período de tempo. Face à resposta do Sr. Primeiro-Ministro, o Regimento prevê ainda o direito de réplica por parte de quem formula as perguntas, por um tempo máximo de 3 minutos, e de tréplica por parte do Sr. Primeiro-Ministro, dispondo este de 3 minutos para o efeito.

Na segunda volta, intervêm os quatro grupos parlamentares com maior representatividade, cabendo tanto à pergunta como à resposta o tempo de 3 minutos.

Na terceira volta, apenas podem formular perguntas o PS e o PSD, cada um deles pelo tempo de 3 minutos, dispondo o Sr. Primeiro-Ministro de igual tempo para a respectiva resposta.

Posto isto, vamos, então, dar início ao debate.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Durão Barroso): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em 19 de Setembro de 2002, vim a esta Assembleia apresentar a posição do Governo sobre a grave crise internacional suscitada pela obstinação do regime iraquiano em não cumprir o direito internacional. Infelizmente, a atitude de Bagdad pouco se alterou desde então e, em consequência, a situação de crise agravou-se bastante.

O Governo português tem defendido uma política de firmeza pela paz, de reposição da legalidade internacional violada pelo regime iraquiano, de utilização, na maior extensão possível, de todos os mecanismos internacionalmente aceites para a resolução, por via pacífica, deste conflito e de colocação do ónus da prova a quem, de facto, ele cabe: ao Iraque.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — O regime iraquiano não é a vítima, é, sim, o único réu deste processo. Vítimas são o povo iraquiano e a comunidade internacional.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — O povo iraquiano é vítima indefesa de um regime tirânico. A comunidade internacional é vítima da insegurança provocada por um regime que viola sistematicamente a lei e os valores da paz a que todo o mundo civilizado tem direito.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Foi neste espírito que apoiámos a Resolução 1441, unanimemente aprovada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Trata-se de uma decisão que afirma claramente que «o Iraque tem estado e permanece em violação material das suas obrigações resultantes das resoluções relevantes» do Conselho.

Em consequência da situação descrita, o Conselho de Segurança decidiu dar ao Iraque uma «oportunidade final» para cumprir com as suas obrigações legais em matéria de desarmamento.

Mais: decidiu, ainda, que quaisquer «declarações falsas» ou «omissões» nas declarações iraquianas serão consideradas como novas violações materiais do regime legal vigente. E recorda a resolução, no seu parágrafo conclusivo, que o Conselho de Segurança tem repetidamente avisado o Iraque de que este enfrentará «sérias consequências» caso continue a violar as suas obrigações.

Esta orientação foi reafirmada em vários momentos e, nomeadamente, no Conselho Europeu de Copenhaga e na Cimeira da NATO, em Praga. Esta é também, sem ambiguidade, a orientação do Governo português. É a política certa — uma política de princípios e de convicções, uma política de firmeza pela paz.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Decorrido o prazo de avaliação do comportamento do Iraque fixado pelo próprio Conselho de Segurança, o panorama que enfrentamos é francamente desolador. O Iraque não produziu ainda uma

declaração exacta sobre os seus programas de desenvolvimento de armas de destruição maciça e mísseis balísticos, assim como sobre as respectivas instalações e locais de produção. E tudo isto já sucede há 12 anos. Há 12 anos seguidos que o Iraque está em infracção perante a comunidade internacional e as Nações Unidas. Há 12 anos seguidos que o Iraque viola a legalidade internacional.

Hans Blix, o Director Executivo da Missão de Verificação das Nações Unidas, foi muito claro perante o Conselho de Segurança: «O Iraque parece não ter chegado a uma aceitação genuína — nem mesmo hoje — do desarmamento que lhe foi exigido e que necessita de executar para ganhar a confiança do mundo e viver em paz».

O relatório apresentado pelo Sr. Blix fala por si. Destaco, apenas, pela sua particular gravidade, dois pontos: o primeiro é a afirmação de que «há fortes indicações de que o Iraque produziu mais *Antraz* do que aquele que declarou até à data»; o segundo ponto é aquele que conclui que há discrepâncias ou omissões significativas nas informações fornecidas pelo Iraque sobre a produção do gás de nervos VX — uma das substâncias mais mortíferas inventadas pelo Homem — e sobre o número de bombas químicas de que Bagdad ainda poderá dispor. Blix nota mesmo que as ogivas recentemente encontradas num abrigo perto de Bagdad poderão tratar-se da «ponta de um *iceberg*».

Esta é, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a dura verdade dos factos. O regime iraquiano continua a desafiar a legalidade e as Nações Unidas. A comunidade internacional só pode ter uma atitude de firmeza, fundada no primado das convicções e na clareza dos princípios.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A partir da próxima semana, o Conselho de Segurança das Nações Unidas vai reunir para debater a via a seguir. O Conselho terá de saber erguer-se à altura da sua responsabilidade histórica. Foi esta a mensagem que o Presidente Vaclav Havel, da República Checa, eu próprio e os Primeiros-Ministros da Dinamarca, da Espanha, da Hungria, da Itália, da Polónia e do Reino Unido transmitimos numa recente tomada de posição pública muito firme e muito clara.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — A posição de Portugal é partilhada por muitas nações amigas da Europa e de fora do espaço europeu. Tenho, pessoalmente, conduzido contactos com vários dos meus homólogos, tendo nestes dias — e ontem mesmo — dialogado, entre outros, com o Presidente George Bush, e com os Primeiros-Ministros Aznar e Tony Blair.

Confirmei, desses contactos, que ninguém advoga o recurso à força, a não ser como solução de último recurso. Mas devo reconhecer que há a sensação de que a presente situação não poderá prolongar-se indefinidamente.

Neste contexto, o Governo português tem vindo a estudar todos os cenários possíveis para, em momento e sede próprios, tomar as decisões que melhor se coadunem com os nossos valores e que melhor sirvam os nossos interesses.

Voices do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Entre os nossos interesses está a manutenção da relação transatlântica. Espero e desejo que os Estados Unidos da América e a Europa não se dividam nesta crise.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Espero e desejo que todos os partidos políticos que até à data têm defendido o elo transatlântico — e entre eles inclui o principal partido da oposição — mantenham a sua solidariedade fundamental nesta matéria.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

São estes, Sr. Presidente e Srs. Deputados, os princípios que balizam a orientação do Governo.

Continuaremos a trabalhar activamente com todos aqueles que procuram uma solução diplomática. O Governo português deseja que uma nova decisão das Nações Unidas traduza a vontade da comunidade internacional quanto à solução desta crise. Somos pela paz e pelo direito internacional.

Mas é bom que não subsistam quaisquer ambiguidades: caso se esgote a via diplomática, não há neutralidade possível entre a tirania e a democracia, entre a ditadura e a liberdade, entre o totalitarismo e o Estado de Direito, entre os que defendem a dignidade do Homem e os que, pela violência, afrontam, violam e reprimem os direitos humanos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Presidente e Srs. Deputados: Há situações e momentos em que as falsas neutralidades se transformam em perigosas cumplicidades.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Foi este o sentido da intervenção que, sobre o Iraque, já aqui fiz em sessão plenária, em Setembro do ano passado. Foi este também o sentido da intervenção que eu próprio e sete outros Chefes de Estado ou de Governo fizemos recentemente. É esta mesma coerência de propósitos que aqui hoje expressei, na Assembleia da República, com uma convicção muito firme: a posição de Portugal será aquela que respeite os nossos valores democráticos e a que melhor sirva, em solidariedade com os nossos amigos e aliados, os supremos interesses nacionais. É apenas o interesse nacional aquilo que está no nosso espírito quando tomamos decisões nesta matéria. É também uma posição, e temos orgulho de poder dizer, hoje, porque somos uma Nação democrática, em que os nossos interesses coincidem com os nossos valores.

É por isso que Portugal pode ter uma posição firme e clara e não refugiar-se em pretensas neutralidades. Não quero ver o meu país, como aconteceu no antigo regime, numa posição de neutralidade entre o nazismo e a democracia.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É por isso que agora, no século XXI, Portugal se pode apresentar de cabeça erguida no plano internacional, dizendo: estes são os nossos valores, estes são também os nossos interesses. E nos nossos interesses está uma Europa unida, mas uma Europa que não construa a sua unidade à custa da relação transatlântica. É por isso que, contra a irracionalidade, contra a imoralidade e contra o terrorismo, afirmaremos uma posição a favor da paz, da legalidade e da segurança no mundo moderno e civilizado em que todos queremos viver, no mundo civilizado e democrático que queremos deixar aos nossos filhos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, antes de passarmos à fase das perguntas, é com especial prazer que assinalo a presença, na galeria dos visitantes estrangeiros, de uma delegação do Partido Socialista Operário Espanhol, que se encontra de visita ao nosso Parlamento a convite do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Estão também presentes, na mesma galeria, representantes diplomáticos da Itália e da Bélgica, a acompanhar os nossos trabalhos.

A todos cordialmente saúdo e presto uma homenagem, fazendo votos de um estreitamento cada vez maior das relações entre os nossos Parlamentos e os nossos países.

Aplausos gerais, de pé.

Passando agora ao debate propriamente dito, tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Ferro Rodrigues, que dispõe de 5 minutos para formular a pergunta ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, há dois dias o Partido Socialista trouxe ao Parlamento a questão da situação internacional e da crise do Iraque e apelou à vinda urgente do Governo a esta Assembleia. Saudamos o facto de o Sr. Primeiro-Ministro aqui estar e de ter escolhido este tema como assunto base deste debate mensal.

Não posso, no entanto, deixar de dizer que o PS está muito preocupado com a situação do País do ponto de vista económico e social, mas não vamos hoje discutir esta questão. Porém, anunciamos, desde já, que, em próxima Conferência de Líderes, iremos propor o agendamento de uma interpelação ao Governo sobre a situação do nosso país em termos sociais e económicos.

O Sr. José Vera Jardim (PS): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Primeiro-Ministro, saúdo a sua presença com este tema, contudo, não posso saudar aquilo que se passou ontem, que foi o facto de o Sr. Primeiro-Ministro ter assinado, conjuntamente com outros líderes europeus, em minoria — foram apenas 5 dirigentes dos actuais 15 países da União Europeia —, um determinado manifesto, uma determinada posição. Esta minha observação é não tanto pelo conteúdo da posição, apesar de, como o Sr. Primeiro-Ministro sabe, neste caso, ter sido mais importante o que pareceu do que aquilo que foi, se analisarmos o conteúdo da posição — há, no entanto, alguns aspectos que me parecem estranhos, nomeadamente o facto

de o Sr. Primeiro-Ministro poder ter assinado um parágrafo onde se chama a atenção para a grande importância das administrações americanas no combate ao fascismo na Europa, quando, tanto quanto me recorde, em Portugal, não foi a administração americana que nos permitiu emanciparmo-nos e ganhar a liberdade, como também não foi em Espanha, percebo a sua ideia, pois isto sucedeu em relação ao combate ao nazismo, mas um primeiro-ministro português tem a obrigação de ter cuidado neste ponto expressivo —, mas pelo contributo que dá para o estilhaçar da União Europeia, exactamente no ponto em que ela é ainda frágil, que é ao nível da política externa comum,...

Aplausos do PS.

... embora tenha tido a preocupação de sublinhar o papel do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Mas aqui o que parece — e o que parece é muito mais forte do que o que é — é que o Sr. Primeiro-Ministro alinha com qualquer posição que os Estados Unidos venham a tomar, seja ela unilateral ou não, tenha ela paz ou não, haja ou não provas. E isto é insustentável! Estamos contra esta posição de total seguidismo!

Aplausos do PS.

Sr. Primeiro-Ministro, há cinco questões a que o senhor continua a não dar resposta na sua intervenção.

Primeiro: o Sr. Primeiro-Ministro é, como o PS, a favor de uma estratégia de paz, onde a ameaça militar desempenhe funções de pressão e essencialmente, à partida, pelo menos, tácticas, ou é por uma estratégia de guerra, em que o papel das Nações Unidas é meramente táctico e instrumental? Queremos saber a sua opinião.

Segundo: o Sr. Primeiro-Ministro entende, ou não, que é aos inspectores das Nações Unidas que cabe a definição do tempo necessário para continuarem o seu trabalho e poderem ter um resultado concreto? Ou seja, a definição desse prazo é, ou não, em primeiro lugar, dos inspectores, ou depende da vontade dos Estados Unidos da América? Em relação a esta questão também gostaríamos de saber a sua opinião.

Terceiro: gostaríamos de saber se o Sr. Primeiro-Ministro considera, ou não, que compete ao Conselho de Segurança, e só a este, decidir o caminho a tomar, depois de completado o trabalho da Comissão, tal como disse o Sr. Presidente da República em recente intervenção. Queremos uma resposta concreta a esta questão.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Quarto: quanto à União Europeia, se há esforço prioritário neste momento é o de salvaguardar a unidade europeia no quadro do relacionamento com os Estados Unidos da América, não contribuindo, por actos ou omissões, para acentuar as divisões ou o jogo daqueles que acham que há uma velha Europa e uma nova Europa. Está o Sr. Primeiro-Ministro disponível basicamente para colocar como prioridade a unidade da Europa ou para alinhar no jogo daqueles que querem a divisão entre uma velha Europa e uma pseudo nova Europa?

Aplausos do PS.

Por fim, Sr. Primeiro-Ministro, estamos convencidos de que um ataque preventivo não está de acordo com o direito internacional e de que pode pôr em causa uma coligação alargada contra o terrorismo internacional. Pensamos, por outro lado, que o Iraque deve ser, efectivamente, desarmado, mas uma acção militar deve ser a última das soluções e apenas no quadro das Nações Unidas. O Sr. Primeiro-Ministro está ou não de acordo com esta nossa posição?

Estas cinco perguntas exigem cinco respostas extremamente claras. A posição do PS é totalmente clara, por isso, queremos ouvir a sua posição, Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro. Dispõe, para o efeito, de 5 minutos.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Eduardo Ferro Rodrigues, há dois dias, V. Ex.^a pediu, nesta Assembleia, que o Governo viesse à Comissão de Assuntos Europeus e Política Externa discutir a questão do Iraque. Achei a questão de tal maneira relevante que não vim apenas à Comissão de Assuntos Europeus e Política Externa, estou aqui, pela segunda vez, no Plenário a discutir a questão do Iraque.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Na Europa, com excepção apenas de um país, não há um outro Parlamento que tenha discutido tanto a questão do Iraque como o Parlamento português. Mais uma vez, o Governo dá um bom exemplo da sua confiança nas instituições democráticas e do relacionamento que quer manter com esta Assembleia da República, órgão a quem compete a fiscalização do Governo, nomeadamente em matéria de política externa.

O Sr. Deputado Eduardo Ferro Rodrigues referiu-se à declaração que assinei com outros Chefes de Estado ou de Governo. A questão é esta: há na declaração alguma palavra, algum parágrafo, ou alguma frase de que V. Ex.^a discorde?

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Se existe, diga-me qual o parágrafo, a frase ou a palavra de que o Partido Socialista discorda. Há alguma palavra, frase, ou parágrafo em que saiam comprometidos os interesses e os valores portugueses?

Protestos do PS.

Por isso, Sr. Deputado Eduardo Ferro Rodrigues, não leiam nas entrelinhas, leiam nas linhas! Leiam aquilo que eu efectivamente disse e não aquilo que alguns pretendem que eu tenha sugerido!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Reafirmo a correcção da declaração que, com muita honra, assinei, em nome de Portugal, com outros Chefes de Estado e de Governo europeus.

Protestos do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, peço que deixem o Sr. Primeiro-Ministro falar.

O **Orador**: — VV. Ex.^{as} conhecem a Constituição. VV. Ex.^{as} sabem, com certeza, que compete ao Governo conduzir a política externa de Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

VV. Ex.^{as} não estão a pretender mudar quer o texto, quer o espírito, quer a prática constitucional em Portugal?

O Sr. **António Costa (PS)**: — O senhor é que está!

Protestos do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

O **Orador**: — É o Governo que conduz a política externa e compete, obviamente, ao Primeiro-Ministro defender Portugal na ordem externa.

O Sr. **Luís Marques Guedes (PSD)**: — Muito bem!

O **Orador**: — Quanto ao conteúdo dessa declaração, pergunto: de que é que V. Ex.^a discorda, Sr. Deputado Eduardo Ferro Rodrigues?

Protestos de Deputados do PS.

Da defesa da unidade transatlântica? Da condenação veemente do regime iraquiano?

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Da defesa da ONU e da legitimidade e da autoridade do Conselho de Segurança? Da defesa da via das Nações Unidas para a resolução do problema iraquiano? V. Ex.^a discorda da ligação que estabelecemos entre armas de destruição maciça e o perigo do terrorismo? Ou V. Ex.^a discorda de quem me acompanha nessa declaração? Do Primeiro-Ministro Tony Blair? Do Presidente Vaclav Havel? Ou dos líderes de Espanha, de Itália ou de outros países europeus, como aqueles que recentemente saíram do jugo totalitário do comunismo?

O Sr. **Luís Marques Guedes (PSD)**: — Muito bem!

O **Orador**: — V. Ex.^a fala na divisão que essa declaração poderá ter provocado na Europa. Mas a questão é esta: são oito líderes europeus que provocam a divisão e não dois, que tomam posição em nome da Europa sem consultar os restantes países da Europa?!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Havia, claro está, uma forma de Portugal não dividir opiniões. Havia! Era Portugal não ter opinião!

Vozes do PSD: — Exactamente!

O **Orador**: — Era Portugal não exprimir a sua opinião! Era Portugal ficar calado! Esta seria uma forma de Portu-

gal não dividir as opiniões e, depois, Portugal seguir, aí sim, aquilo que outros decidissem.

Protestos do PS e do PCP.

Mas quero dizer que comigo Portugal participa nas decisões. Quero que Portugal tenha uma voz e que a faça ouvir; quero que Portugal tenha a coragem de dizer quais são as suas convicções.

Quanto à Europa, Sr. Deputado, dir-lhe-ei o seguinte: não há, na Europa, chefe de governo mais europeísta do que eu.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Vozes do PS e do PCP: — Oh!...

O **Orador**: — Não há na Europa alguém que defenda mais os valores europeus e a unidade da Europa do que eu. Mas, atenção, a construção da Europa não deve ser feita à custa da relação transatlântica, e Portugal, como país euro-atlântico, deve estar na primeira linha a defender não só os seus valores mas também os seus interesses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Eduardo Ferro Rodrigues deseja, com certeza, usar do direito de réplica.

O Sr. **Eduardo Ferro Rodrigues (PS)**: — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Então, tem a palavra, dispondo, para o efeito, de 3 minutos.

O Sr. **Eduardo Ferro Rodrigues (PS)**: — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, constatando que não respondeu a nenhuma das cinco questões que lhe coloquei,...

Aplausos do PS.

... o que, aliás, me parece bastante grave, mas ainda tem 3 minutos para o poder fazer, gostava de lhe dizer, concretamente, que Portugal não se pode fazer representar por artigos de opinião...

Aplausos do PS.

... e muito menos por artigos de opinião antes de tais posições serem discutidas com quem de direito, não apenas na Assembleia da República.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Parece-nos um mau princípio.

Sr. Primeiro-Ministro, também lhe quero dizer que a unidade europeia e o papel de Portugal na União Europeia não pode ser posto em causa pela relação transatlântica de Portugal, da mesma maneira que a relação transatlântica não pode ser posta em causa pela política europeia de Portugal.

A nossa prioridade, como europeus, e como o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas tem procurado fazer, é conseguir contribuir para a unidade europeia a favor de uma estratégia de paz.

Eu gostava de saber o que é o Sr. Primeiro-Ministro pensa sobre estas afirmações: «Não demos 'luz verde' aos americanos para irem para a guerra, deixámos claro que o objectivo deve ser o desmantelamento das armas de destruição, não uma mudança de regime em Bagdad e que se devem esgotar primeiro as opções diplomáticas através da ONU» (14 de Setembro de 2002); «Da nossa parte não houve qualquer decisão no sentido de apoiar uma guerra, porque essa não é a opção em cima da mesa. Portugal está aberto a todas as posições, mas prefere a diplomática e as resoluções pacíficas à guerra. Há muitas opções a considerar antes da guerra:...»

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — «... intensificar as sanções, suspender a resolução conhecida como resolução 'Petróleo em troca de alimentos', alargar a zona de interdição aérea» (14 de Setembro de 2002); e «Portugal não apoia qualquer operação militar nem contra o Iraque nem contra qualquer outro país, o que Portugal pede aos governos envolvidos, especialmente ao governo de Bagdad, é que cumpram as resoluções do Conselho de Segurança da ONU» (8 de Janeiro de 2003). Estas afirmações são todas do seu Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, Dr. Martins da Cruz, que, aliás, nesta última mereceu do seu homólogo iraniano, que se encontrava no Palácio das Necessidades, a seguinte resposta: «Essa é exactamente a nossa posição, não há diferença».

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro. Dispõe também de 3 minutos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Eduardo Ferro Rodrigues, V. Ex.^a voltou a dizer qualquer coisa sobre a minha participação a esta Assembleia. Quero lembrá-lo de que vim cá no dia 19 de Setembro, e tudo o que tenho dito não se afasta daquilo que afirmei nessa altura. Mas devo dizer-lhe que não vou fazer o mesmo que fez o «seu» primeiro-ministro, governo de que o senhor era membro, em que Portugal participou na guerra do Kosovo e votou na NATO sem ele nunca ter vindo antes à Assembleia da República. Eu não farei o que fez o «seu» governo, Sr. Deputado Eduardo Ferro Rodrigues!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Quanto à questão que me coloca, que diz que não lhe respondi, a resposta estava clara no meu discurso, mas posso voltar a responder-lhe. Pergunta-me se queremos a paz ou a guerra, respondo-lhe que, obviamente, queremos a paz. Ninguém bem formado quer a guerra. Já o disse e repito à exaustão: abomino a guerra e abomino o militarismo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Agora, a questão que se coloca — e V. Ex.^a é que não respondeu —...

Vozes do PS: — Quem tem de responder é o senhor!

O **Orador**: — ... é, se se esgotar a via diplomática, o que é que fazemos? Se se esgotar a via diplomática, vamos continuar impávidos a assistir à ameaça do regime iraquiano? Aí é que V. Ex.^a não disse de que lado é que está. Se houver amanhã um conflito entre os nossos aliados e o regime iraquiano, V. Ex.^a está equidistante? V. Ex.^a mantém-se neutro, ou, nessa altura, toma posição?

O Sr. **Joel Hasse Ferreira** (PS): — Responda!

O **Orador**: — Mais: se V. Ex.^a estivesse no meu lugar, se os norte-americanos pedissem hoje a utilização da Base das Lajes, V. Ex.^a concedia, ou não, essa autorização?

O Sr. **António Costa** (PS): — Responda o senhor!

O **Orador**: — Eu, desde já, vos digo que para mim entre a liberdade e a tirania não há neutralidade possível, Portugal estará do lado da liberdade, da democracia e dos seus aliados.

Aplausos do PSD, com alguns Deputados de pé, e do CDS-PP.

A segunda questão que V. Ex.^a me colocou tem a ver com os inspectores e com as Nações Unidas. Já disse publicamente, designadamente ontem no telefonema com o Presidente Bush, que deveria haver mais tempo para os inspectores, defendi uma nova resolução das Nações Unidas como o preferível, o desejável, e repeti-o aqui, há pouco, nesta tribuna. Esta é a nossa via.

O Sr. **António Costa** (PS): — E se não houver!?

O **Orador**: — Não estejam a pretender colocar-me numa posição que eu não defendo! A nossa via é pela paz, pela diplomacia e por uma solução multilateral, mas temos de acautelar a hipótese de não ser possível uma solução diplomática para o problema.

O Sr. **António Costa** (PS): — E então!?

O **Orador**: — Esta é que é a questão!

Por isso digo que não são os inspectores que definem, é, obviamente, o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Vozes do PS: — Ah!...

O **Orador**: — E é no quadro do Conselho de Segurança que estamos à procura de uma solução para o problema.

O Sr. **Lino de Carvalho** (PCP): — E se não houver!?

O **Orador**: — Fala V. Ex.^a, depois, em eventuais contradições entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros e

Comunidades Portuguesas e o Primeiro-Ministro. Isto é de tal maneira ridículo, Sr. Deputado,...

Vozes do PS: — Ridículo?!

O Orador: — ... que abstenho-me de responder.

Risos do PS e do PCP.

Há, obviamente, uma unidade perfeita do Governo nesta matéria.

O Sr. Presidente: — Sr. Primeiro-Ministro, peço-lhe que conclua, porque o seu tempo esgotou-se.

O Orador: — Concluo já, Sr. Presidente.

Temos de lutar, no âmbito europeu, por uma aproximação das posições e é o que vamos fazer, mas comigo não acontecerá os outros na Europa decidirem e Portugal aceitar sem dar o seu contributo para aquela que venha a ser a decisão final no âmbito da União Europeia.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para formular a sua pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva. Dispõe de 5 minutos.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, gostaria de sublinhar três aspectos no comportamento de V. Ex.^a e do Governo nesta matéria.

Em primeiro lugar, a coragem de V. Ex.^a, Sr. Primeiro-Ministro, de, numa matéria que não é fácil, que é delicada e sensível, não ter hesitado, no espaço de pouco meses, ter vindo duas vezes à Assembleia da República explicar a posição do Governo nesta questão.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — E lembremo-nos que, na Europa, apenas em dois países ocorreu esta situação de o primeiro-ministro ir ao Parlamento anunciar a posição do governo relativamente a esta questão do Iraque, foi em Portugal, com o Dr. Durão Barroso, e em Inglaterra, que tem as tradições parlamentares que conhecemos, com o Primeiro-Ministro Tony Blair. V. Ex.^a não hesita em vir ao Parlamento explicar, com clareza, a posição do Governo sobre estas matérias.

A segunda questão que eu queria aqui salientar...

O Sr. António Costa (PS): — Qual foi a primeira?...

O Orador: — ... é o protagonismo de V. Ex.^a na cena internacional...

Vozes do PS: — É, é...!

O Orador: — ... e a credibilidade que, através de V. Ex.^a, Portugal vem ganhando na cena internacional.

V. Ex.^a foi recebido, em 11 de Setembro, pelo Presidente norte-americano exactamente sobre esta matéria — foi na sequência, aliás, dessa audiência que veio, poucos

dias depois, ao Parlamento explicar a posição do Governo português. V. Ex.^a teve a coragem de não assumir uma posição seguidista...

Vozes do PSD: — Nunca a teve!

O Orador: — ... e de ter uma voz própria na União Europeia.

V. Ex.^a não hesitou em afirmar Portugal também na União Europeia. Quando se faz isto, quando se tem a razão do nosso lado, quando se está do lado dos princípios e valores que V. Ex.^a referiu, não é apenas uma afirmação do Primeiro-Ministro é uma afirmação de Portugal na defesa de valores em relação aos quais temos todos, VV. Ex.^{as} e nós, de ser intransigentes!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Mas aquilo a que nós assistimos, no posicionamento neste Parlamento, é facilmente identificável: vemos Bloco de Esquerda e PCP que estão contra a guerra no Iraque sem uma prévia resolução das Nações Unidas. Se houver uma resolução do Conselho de Segurança, esses partidos vão estar contra as Nações Unidas — é tão simples quanto isto!

Vozes do PSD: — Exactamente!

Vozes do PCP: — E se não houver?

O Orador: — Quanto ao Partido Socialista, é a política dos «dois pesos e das duas medidas»: em relação ao Kosovo, não foi necessário, previamente, que o Sr. Primeiro-Ministro de então viesse à Assembleia da República — veio, já tinham decorrido 12 dias sobre o conflito no Kosovo... É essa a diferença!

O Sr. António Costa (PS): — É mentira!

O Orador: — Nós vimos a tempo, mais do que uma vez. O Governo e o Primeiro-Ministro vêm à Assembleia da República; curiosamente, quando o Engenheiro Guterres...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Quem é?...

O Orador: — ... veio à Assembleia da República, 12 dias passados sobre o conflito no Kosovo, em 8 de Abril, sabe V. Ex.^a, há quanto tempo, então, o Primeiro-Ministro não vinha fazer o debate mensal à Assembleia da República? Há um ano!

O Sr. António Costa (PS): — Está com muitas saudades do Guterres...

O Orador: — Apesar das promessas que fez de vir todos os meses, havia já um ano que não vinha à Assembleia da República! Veio nesse dia, já tarde e mal, dar conta dos factos consumados!

Protestos do PS.

Mas VV. Ex.^{as} têm também «dois pesos e duas medidas» noutros aspectos. Fizeram aqui a crítica ao Sr. Primeiro-Ministro por ter subscrito com mais oito Chefes de Estado e de Governo a carta que é pública. Entendem que deveria ter vindo antes à Assembleia da República e que não o deveria ter feito, quando é sabido que a política externa é uma competência do Governo.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — E do Presidente da República!

O Orador: — Mas quando o governo português, na altura em que era liderado pelo Engenheiro Guterres, assinou o Tratado Penal Internacional que exigia uma revisão constitucional, VV. Ex.^{as} fizeram isso sem «ter dado cavaco», quer ao Presidente da República quer à Assembleia da República!

Protestos do PS.

Foram ao ponto de, ineditamente, mandarem a proposta de resolução para aprovação desse Tratado acompanhada de um parecer de um procurador da República para tentar demonstrar que não era precisa a revisão constitucional. Sentiam que estavam em falta, sentiam que tinham desrespeitado a Assembleia da República...!

Protestos do PS.

Agora, exigiam que o Sr. Primeiro-Ministro, para subcrever aquela carta, tivesse vindo à Assembleia da República antes.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Guilherme Silva, o seu tempo esgotou-se, peço-lhe para concluir.

O Orador: — Vou já terminar, Sr. Presidente.

Mas há uma coisa que eu não queria deixar passar em claro: é que não se percebe, realmente, o vosso posicionamento!

Vozes do PS: — Não?!...

O Orador: — VV. Ex.^{as} estão contra o apelo que se faz na carta que o Sr. Primeiro-Ministro subscreveu ao Conselho de Segurança das Nações Unidas para que seja consequente em relação às resoluções anteriores e não deixe que se crie um clima de impunidade em relação a Saddam Hussein?

VV. Ex.^{as} não percebem que essa hesitação, que sustentam, é a que aproveita a Saddam Hussein?

Vozes do PS: — Não!...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Guilherme Silva, tem de concluir!

O Orador: — VV. Ex.^{as} não percebem que não é essa a linha de defesa dos valores em que Portugal deve estar empenhado e que com este Primeiro-Ministro, e com este Governo, e com esta maioria, vai continuar empenhado, mesmo com a vossa crítica?!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro. Dispõe de cinco minutos.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Guilherme Silva, muito obrigado, nomeadamente, pela saudação que fez ao Governo, pela posição de respeito institucional profundo que este Governo tem por esta Assembleia e pela sua atitude em relação ao Parlamento, que também nesta matéria é totalmente diferente da de outros governos que nos antecederam.

Protestos do PS.

Recordo, mais uma vez, que na guerra do Kosovo o governo anterior tomou uma posição na NATO, sem mandato das Nações Unidas, de bombardeamento no Kosovo sem que tivesse havido, até à data, debate algum em sessão plenária da Assembleia da República; e que o meu antecessor só veio, aqui, 12 dias depois dessa decisão!

Protestos do PCP.

E, mesmo assim, não foi num debate especificamente dedicado à matéria; foi durante uma questão, a propósito de um discurso geral sobre política externa.

Mas, na altura — é bom lembrar —, o Engenheiro António Guterres disse que, mais importante até do que a questão formal, a questão de substância era que, esgotada a via diplomática, Portugal tinha de optar pela força e alinhar a sua posição com os seus amigos e aliados.

É bom lembrar isto...

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — ... porque pode vir a ser necessário recordá-lo, outra vez, no futuro!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas Sr. Deputado Guilherme Silva, por que razão é que nós trazemos, aqui, esta questão sabendo nós tratar-se de uma questão difícil, extremamente delicada? Porque entendo que esta questão não é apenas para diplomatas ou para políticos!

Protestos do Deputado do PCP Bruno Dias.

Entendo que ela diz respeito ao povo português em geral e que a opinião pública deve compreender que esta questão da luta contra o terrorismo não é uma ficção e que há efectivamente o perigo da aliança entre regimes que promovem e desenvolvem armas de destruição maciça e redes terroristas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Srs. Deputados, já se esqueceram do 11 de Setembro? Já se esqueceram dos atentados terroristas na Indonésia ou em África que já ocorreram depois do 11 de Setembro?

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Os Srs. Deputados sabem que, depois do 11 de Setembro, na nossa vizinha Espanha, já houve 41 elementos da Al-Qaeda que foram presos, aqui ao lado?

Nesta ocasião, aproveito, aliás, a presença da delegação do partido espanhol PSOE, para expressar, mais uma vez, a solidariedade do Governo e do povo português para com o povo espanhol na luta contra o terrorismo!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Não estamos a falar de conceitos abstractos, nem de meras discussões teóricas da geopolítica! Estamos a falar de ameaças concretas, pois essas redes estão, pelo menos, aqui ao lado e há matérias que são segredo de Estado e que não posso abordar nesta Assembleia, hoje!

Vozes de alguns Deputados do PS e do PCP: — Oh!...

O Orador: — Portugal deve ter uma posição intransigente contra um regime como o Iraque que promove armas de destruição maciça. Portugal deve ter uma posição clara na recusa de qualquer apoio ao terrorismo internacional. E quando eu falo, como falei há pouco no discurso, na Espanha, em Inglaterra e nos Estados Unidos, não o fiz por acaso...

O Sr. António Filipe (PCP): — Ah, pois não!

O Orador: — É porque para Portugal é importante o conjunto dos seus aliados e há aliados especiais. O nosso mais importante aliado: os Estados Unidos da América do Norte; o nosso mais antigo aliado: a Inglaterra; e o nosso mais próximo aliado, o único vizinho, de resto, que temos: a Espanha — estes aliados têm uma posição bem clara nesta matéria.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Os senhores acham que, na formulação e decisão estratégica de Portugal, é indiferente considerar também a posição dos nossos aliados? Eu considero que as alianças são para levar a sério! Quero que Portugal seja respeitado e que seja um País credível! Acredito na União Europeia, mas não vou deitar fora várias décadas de aliança transatlântica, nem a posição de Portugal nesse contexto euro-atlântico.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Muito bem!

O Orador: — E ficaria muito surpreendido se, hoje, o Partido Socialista, que sempre advogou estes valores euro-atlânticos, que constam de todos os programas de todos os governos constitucionais, mostrasse alguma ligeireza em relação a este objectivo.

Portanto, Europa, União da Europa, sim!, mas uma Europa que não deite fora o vínculo transatlântico — esse é o interesse fundamental de Portugal e é isso que Portugal vai continuar a defender!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Guilherme Silva comunicou à Mesa que não quer usar o seu direito de réplica...

Vozes do PS: — Oh!...

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Deixo o tempo para a oposição. Isto é democrático!

O Sr. Presidente: — Assim, tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia para formular a sua pergunta. Dispõe de cinco minutos.

Pausa.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Telmo Correia, já lhe dei a palavra!

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Sr. Presidente, fiquei com a sensação de que o Sr. Deputado António Costa estava a querer intervir... e por isso esperei.

Risos do PS.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: em nome da bancada do CDS-PP, gostaria de lhe dizer, Sr. Primeiro-Ministro, em primeiro lugar, que todos somos efectivamente pela paz; todos desejamos que esta matéria seja resolvida consensualmente e no quadro das Nações Unidas; todos desejamos que a paz seja possível. Mas nós, nesta bancada, se o conflito vier a deflagrar, não hesitamos: nós, nesta bancada, estaremos do lado dos nossos aliados! Nós, nesta bancada, estaremos do lado da democracia!

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não temos quaisquer dúvidas sobre essa mesma matéria, nem aceitamos que nesta matéria as suspeições sobre as provas, as suspeições sobre o que está a acontecer sejam dirigidas a países amigos e aliados, como os Estados Unidos da América ou o Reino Unido.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Se os Estados Unidos da América e o Reino Unido entendem que existe uma ameaça e que ela é real, não faz sentido que a nossa primeira dúvida vá para os Estados Unidos da América ou vá para o Reino Unido. São democracias, são países aliados e são países que nós respeitamos!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Essa é que é a questão!

O Sr. João Cravinho (PS): — Essa é boa!

O Orador: — Estamos a discutir entre um regime que é ele, o regime iraquiano, quem tem o ónus da prova de demonstrar o seu efectivo desarmamento. Porque é o Iraque que, há mais de 10 anos, tenta evitar o seu desarmamento.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Foi o Iraque que invadiu o Koweit, é o Iraque que é governado por um ditador sanguinário, num regime de um nepotismo total, em que talvez o carácter sanguinário do ditador só seja ultrapassado pelo do seu filho, pelo que se sabe e ao que se conta.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Essa é que é a realidade. E entre esse regime a grande democracia americana não temos dúvidas: estamos do lado da democracia, estamos do lado da liberdade!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Por outro lado, Sr. Primeiro-Ministro, assistimos neste debate a várias posições, vamos ver quais.

Algumas, sem qualquer surpresa, como certamente será a posição do Bloco de Esquerda: ontem, em Tirana; amanhã em Bagdad, sempre do lado dos tiranos — não nos surpreende, não é surpresa!!

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Tenha vergonha!

O Orador: — Outras posições também não devem constituir surpresa. Nós sabemos e lembramo-nos de qual foi a posição do Partido Comunista Português aquando da crise no Kosovo, mas também sabemos que, hoje, o Sr. Milosevic está a ser julgado pelo crime de genocídio e que o Partido Comunista Português não tinha razão ao estar ao lado do Sr. Milosevic e ao estar em Belgrado a defender o regime do Sr. Milosevic!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Protestos do PCP.

Como também nos lembramos e observamos algumas posições de pacifistas, daqueles que são sempre os mesmos supostos pacifistas, que eram já os mesmos pacifistas que, designadamente nos anos 80, quando falavam de desarmamento, pediam sempre o desarmamento do Ocidente e das democracias...

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — ... e esqueciam sempre que, do outro lado, estavam mísseis soviéticos apontados às nossas populações, apontados às nossas cabeças!

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — São, sempre, os mesmos pacifistas!

O que nos pode surpreender neste debate é, de facto, a posição do maior partido da oposição. E eu queria, num debate em que foram feitas várias citações, fazer-lhe uma citação rápida, Sr. Primeiro-Ministro: «A nossa força está na coerência dos nossos princípios.

A fidelidade à História e a afirmação da credibilidade e da influência de Portugal no mundo exigem de nós a prática de uma diplomacia de princípios e de valores. Valores ligados à liberdade, à democracia, aos Direitos do Homem, à justiça e à solidariedade.

Face à barbárie dos actos terroristas de 11 de Setembro contra os Estados Unidos da América e os seus cidadãos, actos de dimensão e consequências sem precedentes, todos estes valores convergem, em primeiro lugar, na expressão da solidariedade. Solidariedade com os que sofrem, com as famílias dos que perderam a vida, com o povo americano (...), solidariedade de Portugal com os Estados Unidos da América no combate ao terrorismo e a quem o protege e apoia.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Muito bem!..

Sr. Primeiro-Ministro, a citação que acabei de fazer é do então primeiro-ministro António Guterres, na sessão plenária aqui realizada no dia 25 de Setembro de 2001.

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — Muito bem!

O Orador: — Tão pouco tempo passado — um ano e alguns meses —, já o Partido Socialista tem dúvidas...

Protestos do PS.

... já parece ter esquecido esta solidariedade, já parece ter esquecido que o eixo fundamental desta solidariedade é a relação entre a Europa e os Estados Unidos, é a relação transatlântica, na qual Portugal deve estar empenhado.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

E é, de resto, extraordinário, Sr. Primeiro-Ministro, aquilo que parece acontecer neste tempo recente com o Partido Socialista. O Partido Socialista entrou numa lógica de separação: primeiro, parece que queria separar o PSD do CDS-PP; a meio da semana queria separar a Madeira de Portugal;...

Risos do Primeiro-Ministro.

... agora, quer separar a Europa dos Estados Unidos!!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Entraram numa lógica absoluta de separação, com uma ou outra voz mais avisada, entre as quais, a destacar...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Telmo Correia, esgotou-se o tempo de que dispunha.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente,...

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade.

O Orador: — ... beneficiando, certamente, da mesma tolerância que teve para com os outros oradores.

Como estava a dizer, esta semana, entraram numa lógica absoluta de separação, exceptuando uma ou outra voz

mais avisada, entre as quais destaco a do Comissário Europeu António Vitorino, referindo esta importância transatlântica e as relações com a NATO.

A este propósito, Sr. Primeiro-Ministro, deixo-lhe uma pergunta directa: se Portugal se deve empenhar na NATO, se tiver a possibilidade de ter um português nessa mesma organização, designadamente o Sr. Comissário António Vitorino. Qual será a sua posição e qual será a posição do Governo português, sublinhando, mais uma vez, inquestionavelmente, a importância da relação transatlântica, a importância da NATO e daquilo a que devemos, efectivamente, chamar princípios e valores?

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, dispondo, igualmente, de 5 minutos, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Telmo Correia, agradeço as suas questões, nomeadamente esta última.

O Sr. **Lino de Carvalho (PCP)**: — Bem combinado!

O **Orador**: — Se o Comissário António Vitorino considerar que deve ser candidato ao cargo de Secretário-Geral da NATO, o Governo português e eu próprio teremos muito gosto em apoiá-lo nessa candidatura.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, agradeço que façam silêncio, por favor, para podermos ouvir o Sr. Primeiro-Ministro.

O **Orador**: — Quando se trata de política externa, nunca devemos olhar para os cartões partidários.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Bernardino Soares (PCP)**: — Só na política interna!

O **Orador**: — E, por isso mesmo, quero dizer-vos que, pessoalmente, ficaria muito contente se tivéssemos um português, nomeadamente o Comissário António Vitorino, no coração da relação transatlântica, como Secretário-Geral da NATO.

O mesmo gostaria de dizer, em geral, ao Partido Socialista. Quando se trata de política externa, quando se trata de questões tão importantes para o nosso país, como alguns interesses permanentes ligados ao elo transatlântico, gostaria que o Partido Socialista, por um momento, baixasse a bandeira partidária e pusesse, em primeiro lugar, a bandeira nacional.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Ainda recentemente, foi aprovado, com o apoio do maior partido da oposição, o conceito estratégico de defe-

sa nacional. Diz o conceito estratégico de defesa nacional: «O terrorismo, nas suas variadas formas, constitui uma grave ameaça à segurança e estabilidade internacionais, ao sistema de Estados e à sua autoridade, aos valores humanistas e aos princípios das sociedades livres, bem como ao espaço territorial, atingível, em qualquer parte ou momento, através de meios extremos e variáveis». E, como primeira obrigação, como primeira prioridade do Estado português, no conceito estratégico de defesa nacional, está precisamente a de «(...) colaborar activamente, no quadro da comunidade internacional, e em especial com os seus aliados e parceiros, na prevenção do terrorismo, em múltiplas vertentes, incluindo operações militares; (...)». Mais adiante, refere-se também, longamente, o desenvolvimento e a proliferação de armas de destruição maciça como uma ameaça à segurança nacional e internacional.

Por isso, quero acreditar que, apesar da dialéctica governo/oposição, o maior partido desta oposição saberá, no momento próprio, mostrar a sua lealdade em relação a interesses permanentes de Portugal.

V. Ex.^a, Sr. Deputado Telmo Correia, deu um contributo importante quando lembrou a natureza do regime iraquiano. É que estou um pouco incomodado com alguns termos do debate público sobre esta matéria. Às vezes, ao ler determinadas opiniões, sinto que há quem coloque num plano equivalente Estados Unidos da América do Norte — uma grande democracia — e Iraque — um regime ditatorial e opressivo.

O Sr. **Luís Marques Guedes (PSD)**: — Muito bem!

O **Orador**: — Não aceito essas falsas equiparações! Portugal não está equidistante!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Há que distinguir o povo iraquiano do regime iraquiano. Aliás, revelo-vos uma coisa: no tal documento aqui comentado, foi por minha iniciativa que figurou lá esse parágrafo. Nós não confundimos o povo iraquiano com o regime iraquiano, mas não podemos aceitar as teses de equidistância entre os nossos aliados da NATO, os Estados Unidos da América do Norte, por um lado, e o regime iraquiano, por outro.

O Sr. **José Magalhães (PS)**: — Mas quem é que sustenta essa tese?

O **Orador**: — Não posso aceitar que haja, em Portugal, uma defesa invia de uma pretensa neutralidade. Deixem-me dizer-vos que há neutralidades bem intencionadas que acabam sempre em complicitades muito comprometedoras.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **António Costa (PS)**: — Já disse essa!

O **Orador**: — É por isso, Sr. Deputado Telmo Correia e Srs. Deputados, que tomamos aqui uma posição de princípio. Era mais cómodo adiar, era mais cómodo Portugal ou o seu Governo esconder-se, esperar que outros decidissem

e, depois, juntar-se ao consenso, não dando o seu contributo para a própria formulação da posição europeia. Mas eu entendo que Portugal, quando se trata de Europa e quando se trata do espaço euro-atlântico, tem uma voz, tem o direito e, mais, tem o dever de fazer ouvir a sua voz!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para replicar, dispondo, para o efeito, de 3 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, a benefício desta nova figura destes nossos debates, quero pedir-lhe um ou outro esclarecimento complementar.

Em primeiro lugar, quero, obviamente, dizer-lhe que fico satisfeito com a sua resposta, particularmente com a resposta claríssima que deu à última pergunta concreta que fiz, a qual revela posição e postura de Estado.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas quero também suscitar-lhe um esclarecimento sobre uma questão central que tem estado presente nalgumas críticas à posição ou à carta assinada pelos Chefes de Estado e de Governo. E a questão central ou a principal crítica que tem estado subjacente a essa carta é a de que ela está a dividir a União Europeia.

O Sr. Paulo Pedroso (PS): — E tem dúvidas?!

O Orador: — Registo, em primeiro lugar, ser curioso que, nessa carta, estão responsáveis da República Checa, da Hungria, da Polónia, precisamente de países que se libertaram da ameaça e da dominação do jugo soviético. Eles sabem e percebem, certamente, até melhor do que nós, por que é que lá estão e de que estão a falar.

O Sr. Fernando Pedro Moutinho (PSD): — Exactamente!

O Orador: — Em segundo lugar, Sr. Primeiro-Ministro, quero constatar o seguinte: se existe uma sensibilidade do Sr. Primeiro-Ministro Tony Blair, que é também a sua, e se, ainda esta semana, o Sr. Deputado Ferro Rodrigues dizia que se tratava de uma posição muito interessante...

O Sr. Fernando Pedro Moutinho (PSD): — E compreensível!

O Orador: — ... — e não sei se ainda a considera desse modo —, não entendo por que é que o nosso Primeiro-Ministro, pelos vistos, não a tem. Porquê?! Será porque o Primeiro-Ministro Tony Blair é inglês?!

Risos do CDS-PP e do PSD.

Vozes do PS: — Não, não!

O Orador: — Não percebo exactamente porquê?! Assina exactamente o mesmo documento e tem uma posição

interessante mas o nosso Primeiro-Ministro não a tem, portanto, não vejo outra razão nem outra explicação.

Mas, se a Grã-Bretanha, a Espanha, a Itália, a Dinamarca e o Primeiro-Ministro de Portugal têm uma determinada sensibilidade e a França e a Alemanha têm outra, parece-me que a realidade desta divisão, em termos de sensibilidades, em relação a esta matéria, é um dado de facto, independentemente da posição de Portugal. E aquilo que não ouvi explicar até agora, Sr. Primeiro-Ministro, e seria útil que resultasse deste debate, é o que é que Portugal faz neste contexto. Dá ordens a uns e a outros? O que é que pode fazer? Esta diferença de sensibilidades existe de facto! Como é que Portugal a poderia resolver? O que é que poderia fazer para a resolver?

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, quero sublinhar ainda mais um aspecto concreto: diz-se que há divisão da Europa quando esta carta é assinada mas não se diz que há divisão da Europa quando há uma iniciativa franco-germânica isolada. Qual é a diferença? Quem é que tomou primeiro essa iniciativa? Por que é que, no primeiro caso, não houve divisão? Telefonou-lhe o Deputado Ferro Rodrigues a alertá-lo, contra a iniciativa franco-germânica, de que a Europa poderia estar a ser dividida?...

Tenho as maiores dúvidas de que isso tenha sido feito, mas é importante ter princípios e clareza e não ter dois pesos e duas medidas nesta matéria.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, dispondo, igualmente, de 3 minutos, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Telmo Correia, V. Ex.^a, de facto, além de brilhante, de muito brilhante parlamentar,...

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Dava um bom Ministro da Justiça!

Risos do PS.

O Orador: — ... é excessivamente ambicioso.

V. Ex.^a salientou o facto de o Sr. Deputado Ferro Rodrigues ter apoiado, ainda há dias, aqui, o Primeiro-Ministro britânico Tony Blair, mas V. Ex.^a não pode, com certeza, esperar que o Deputado Ferro Rodrigues, depois de apoiar o Primeiro-Ministro britânico, apoie também o Chefe do Governo português. Para ele é muito mais difícil, apesar de, nesta matéria, as posições serem essencialmente coincidentes.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Aqui, não esteve muito bem combinado!

O Orador: — A verdade, Srs. Deputados, é que, na Europa, há diferentes sensibilidades sobre esta matéria.

O Sr. José Magalhães (PS): — Isso é um facto!

O Orador: — Perante isso, qual deve ser a posição portuguesa? Deve ser a de contribuir para que venha a

encontrar-se um consenso tão próximo quanto possível daquilo...

O Sr. **José Sócrates** (PS): — Deu um grande contributo!

O **Orador**: — ... que consideramos serem os nossos interesses e os nossos valores. Não é a abstenção nem a omissão que servem a posição portuguesa!!

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Por isso é que tivemos o cuidado de, nesta declaração, respeitar, na íntegra, o consenso a que tinham chegado os Ministros dos Negócios Estrangeiros, na sua reunião do passado dia 27.

Por isso, agora, com este novo elemento, a Europa pode, com outro equilíbrio, definir uma posição coesa. Eu acredito nisso e registei com grande apreço o modo como os governos alemão e francês reagiram a este documento.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Quer o Governo alemão quer o Governo francês subestimaram e desvalorizaram eventuais diferenças de percepção e reconheceram este documento como um contributo importante para a tomada de posição final por parte da União Europeia. Essa parece-me ser a reacção inteligente e construtiva de uma Europa de que nós também fazemos parte.

Portanto, Srs. Deputados, não nos iludamos: estamos perante uma questão extremamente difícil e sensível e Portugal deve estar sempre na primeira linha das decisões, deve consultar os seus aliados e ser consultado por eles. Aliás, deixem-me que vos diga apenas que, apesar das acusações tão frequentes ao actual Presidente norte-americano de unilateralismo, tenho a certeza de que este Presidente norte-americano já consultou mais vezes Portugal do que outros que não eram tão unilaterais.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **António Costa** (PS): — Ele não podia ser tão mau por inspiração própria, tinha de ser por influência de alguém!

Risos do PS.

O **Orador**: — A verdade é que nós estamos a definir uma posição difícil, isso faz-se tendo a coragem de afirmar convicções e valores e é nessa linha que o Governo português irá perseverar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para formular a sua pergunta ao Sr. Primeiro-Ministro, dispondo de 5 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, aqueles que têm feito a guerra, e guerras injus-

tas, têm sempre afirmado que a fazem pela paz e que são defensores da paz.

Na declaração que assinou e que foi tornada pública ontem, afirma-se que «(...) o Conselho de Segurança tem de preservar a sua credibilidade assegurando o pleno cumprimento das suas resoluções.»

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Está nas linhas!

O **Orador**: — Significa isto que os signatários, neste caso, em especial, o Sr. Primeiro-Ministro, defendem também com a mesma determinação, com a mesma convicção, que as resoluções da ONU sobre Israel e a questão palestiniana devem ser integralmente cumpridas? Se sim, qual a razão de tanto silêncio?

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Exactamente!

O **Orador**: — Credibiliza-se a ONU tentando fazer do Conselho de Segurança uma caixa de ressonância das decisões dos Estados Unidos da América?

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Uma guerra preventiva está de acordo com a letra e o espírito da Carta da ONU?

Contudo, o manifesto ontem publicado não nos faz luz sobre algumas questões essenciais que o Sr. Primeiro-Ministro tem obrigação, perante esta Câmara, de esclarecer.

Como sabe, a Alemanha e a França já afirmaram que é necessária uma nova resolução da ONU. O Conselho da Europa e o Parlamento Europeu também. O Sr. Presidente da República tem a mesma opinião.

Qual é a posição do Sr. Primeiro-Ministro? É necessária uma nova resolução da ONU, ou não?

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Outra vez?!

O **Orador**: — Não nos venha dizer que é preferível. Queremos saber se é necessária uma nova resolução da ONU, ou não, para se avaliar a situação.

Vozes do PCP: — Exactamente!

O **Orador**: — A segunda questão, para a qual também gostaríamos de obter uma resposta sem ambiguidades, é esta: se os Estados Unidos da América decidirem invadir o Iraque unilateralmente numa guerra preventiva, qual é a posição do Governo português?

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Ora diga lá!

O **Orador**: — Dá-lhe apoio? Cede-lhe a base das Lages? E, neste caso, o Sr. Primeiro-Ministro vem previamente à Assembleia da República para a ouvir? Não interessam apenas os debates, que é muito importante que tenham sido feitos. Neste caso concreto em que é necessária uma decisão, vem à Assembleia da República, ou não?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Bem perguntado!

O Orador: — Esta é uma questão que gostaríamos de ver esclarecida com toda a clareza.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

O Orador: — E não nos venha dizer, Sr. Primeiro-Ministro, que quem está pela paz, pela diplomacia, pela resolução dos problemas está a favor do ditador Saddam ou que quem está pela liberdade, quem apoia a paz, se desdiz. Não nos venha com esses sofismas e com essas dicotomias.

Continuamos a pensar que o povo iraquiano não pode pagar o preço de uma recuperação americana do ponto de vista económico nem de dinamização bolsista. Continuamos a pensar que o povo iraquiano não pode pagar o preço daqueles que fazem cálculos cínicos e que dizem que uma guerra rápida seria magnífica para a recuperação das economias americana e mundial.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Exactamente!

O Orador: — Uma guerra será uma tragédia e uma derrota para a humanidade.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — O povo português, que quer a paz, gostaria também de ouvir, com toda a clareza, que o Governo português, em consonância com o Sr. Presidente da República, quer a paz e estará contra uma guerra unilateral dos Estados Unidos da América ou contra uma guerra preventiva.

Aplausos do PCP.

Esta é a atitude que, certamente, o povo português gostaria de ouvir e não falsas declarações ou declarações róseas de que somos todos pela paz.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Róseas?!

O Orador: — Há muitos que aqui afirmaram que são pela paz e, no entanto, foram a favor da guerra colonial. Contudo, há pouco, tiveram dificuldade em bater palmas em relação a uma sua afirmação.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a Luísa Mesquita (PCP): — Bem lembrado!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Carvalhas, mais uma vez, vou falar sobre as questões de fundo.

Nós defendemos a solução multilateral. Estamos, sinceramente, empenhados e comprometidos nessa via. É o que temos dito na União Europeia e tem sido afirmado, repetidas vezes, pelo Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, foi aquilo que referi, ainda hoje, da tribuna e é o que tenho dito nos contactos que temos tido com os aliados.

Ontem mesmo, disse ao Presidente dos Estados Unidos da América que a nossa recomendação, a nossa sugestão, como aliado leal, era no sentido de que se empenhasse na procura de uma solução multilateral e que se fizessem todos os esforços para uma nova resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Esta é, sem ambiguidades, a nossa posição! No debate político, têm-me atribuído uma posição que não é minha. Esta é a minha posição, é a posição do Governo!

No entanto, Sr. Deputado, temos de admitir, honestamente, que pode não se chegar a uma solução diplomática, como aconteceu, por exemplo, no Kosovo, em que não houve uma solução diplomática, a NATO actuou e só mais tarde as Nações Unidas ratificaram a decisão tomada pela NATO, precisamente porque considerou que determinados valores deviam ser protegidos.

Quanto à sua questão, também lhe respondo sem ambiguidades e com extrema clareza: se houver um conflito entre os nossos aliados, nomeadamente, aliados tão importantes como os Estados Unidos e o Reino Unido, por um lado, e o regime iraquiano, por outro, Portugal não será neutral! Eu não quero que Portugal se mantenha na posição de neutralidade que o anterior regime teve quando se verificou um conflito entre os nossos aliados democráticos, de um lado, e o regime nazi, do outro! Eu não quero isso!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Portugal não será neutral, nem está equidistante! Esta é a nossa posição!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Em relação à questão da base das Lages, quero dizer-lhe que o governo norte-americano já pediu a sua utilização, numa comunicação que dirigiu ao Governo português, em que disse que não está ainda tomada uma decisão de ataque contra o Iraque, e que o Governo português já autorizou essa utilização, porque entende que é isso que deve fazer em relação ao nosso aliado mais importante e no quadro do acordo de cooperação e amizade entre Portugal e os Estados Unidos da América!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PCP.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Já autorizou?! Ainda bem que perguntámos!

O Orador: — Por isso, Sr. Deputado Carlos Carvalhas, nesta matéria, acusem-me de tudo menos de ambiguidade. Sou de uma clareza total, exceptuando a antecipação de uma posição que pode vir a ser tomada nas Nações Unidas e que eu entendo que, em termos de política externa, seria um erro Portugal antecipar, porque retiraria margem de manobra à própria posição portuguesa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Deputado Carlos Carvalho, em política externa e em diplomacia, não se deve antecipar os problemas nem adiar as soluções.

Não é útil, do ponto de vista do interesse nacional, Portugal dizer, hoje, o que fará perante um cenário cujos contornos não se conhecem, nomeadamente diante de um cenário que Portugal não deseja. Nós não desejamos o cenário que V. Ex.^a evocou e estamos a trabalhar para que ele não se concretize. Estamos a trabalhar para que não se concretize um cenário de intervenção unilateral.

Seria um erro absoluto, do ponto de vista do interesse nacional, eu, hoje, dizer aqui que Portugal tomará esta ou aquela posição, porque comprometeria, à partida, a liberdade que o Governo português deve ter no quadro das Nações Unidas, no quadro da NATO e, também, no quadro da União Europeia!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para replicar, o Sr. Deputado Carlos Carvalho. Dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Carlos Carvalho** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, sobre a questão que lhe coloquei em relação às resoluções da ONU, que são muito claras e que conhece, nada nos disse. É sintomático!

Vozes do PCP: — Não ouviu!

O **Orador**: — No entanto, o Sr. Primeiro-Ministro disse agora uma coisa espantosa. Disse que, sobre uma questão central, que é uma questão de paz e de guerra, seria um erro Portugal antecipar uma decisão clara, inequívoca, em relação a uma decisão unilateral tomada pelos Estados Unidos da América de uma guerra preventiva, deve calar-se.

O Sr. Primeiro-Ministro está a dizer que o Sr. Presidente da República cometeu um erro?! Está a dizer que a Alemanha e a França cometem erros?! Está a dizer que o Conselho da Europa e o Parlamento Europeu cometem erros?!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Ou está a dizer que quem segue cegamente os Estados Unidos da América, quem tem uma posição subserviente, num Estado independente, é que tem razão?!

Vozes do PCP: — Exactamente!

O **Orador**: — O senhor não me orgulha como Primeiro-Ministro, como cidadão português, ao tomar uma posição subserviente em relação aos Estados Unidos da América!

Aplausos do PCP.

Não me orgulha!

Mas o Sr. Primeiro-Ministro continua a ser ambíguo, quando diz: «Nós não queremos. Se a gente se libertasse disso...»

Sr. Primeiro-Ministro, se os Estados Unidos da América tomarem uma decisão unilateral e, juntamente com o

seu amigo «Tory» Blair (e não Tony Blair) e com a Inglaterra, invadirem o Iraque, qual é a posição do Governo português? Apoia?

Sr. Primeiro-Ministro, tenha a coragem de dizer aqui, com toda a clareza, o seguinte: «Nós apoiamos, mesmo que não tenha a cobertura da ONU». Diga isso aqui, com clareza.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Exactamente!

O **Orador**: — Não tenha medo de o dizer, porque é esta a sua posição!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Não use palavras bonitas!

O **Orador**: — O que está a fazer se não a tomar uma atitude ambígua?

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Exactamente!

O **Orador**: — Não venha com esses disfarces de que, entre a liberdade e a democracia, entre a ditadura de Saddam e os aliados, a democracia está de um lado e não está do outro.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — É mentira?! Não é verdade?!

O **Orador**: — Diga-nos, claramente, o seguinte: quer comprometer Portugal numa guerra preventiva e unilateral, ou não? Essa é a questão que gostaríamos de ver respondida com toda a clareza. O resto, Sr. Primeiro-Ministro, é fugir às questões centrais.

Não respondeu às perguntas que lhe foram colocadas há pouco pelo Sr. Deputado Ferro Rodrigues sobre esta questão muito central e continua a não nos responder com toda a clareza.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Carvalho, sobre a questão de Israel e da Palestina, não respondi na minha primeira resposta, porque quis ir à questão que considerava essencial, mas não fujo à matéria.

Portugal apoia, sem reservas, as resoluções das Nações Unidas no que diz respeito à questão palestiniana.

O Sr. **Lino de Carvalho** (PCP): — E o que é que fazem para as ajudar a cumprir?!

O **Orador**: — Que fique bem claro. Essa é a nossa posição.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — É só conversa!

O **Orador**: — É a posição defendida por vários governos portugueses, e vamos mantê-la.

O Sr. **Lino de Carvalho** (PCP): — E o que é que fazem para as ajudar a cumprir? Nada!

O **Orador**: — No que diz respeito à questão concreta que se coloca agora, há um ponto que eu não posso deixar de denunciar na argumentação dos «advogados» de Saddam Hussein.

O Sr. **Lino de Carvalho** (PCP): — Ó Sr. Primeiro-Ministro!

O **Orador**: — Em vez de discutirem a actual situação, estão a desviar a questão para o eventual cenário de uma intervenção unilateral norte-americana.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Não seja provocador!

O **Orador**: — Esse é um cenário eventual, Sr. Deputado, que espero e desejo que não se concretize! Estou a ser absolutamente claro!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Não está!

O **Orador**: — V. Ex.^a não pode dizer que sou claramente subserviente e, depois, acusar-me de ambiguidade. V. Ex.^a tem de escolher qual é a sua linha de argumentação.

Mas, em matéria de subserviência, Sr. Deputado, eu é que não tenho nenhum orgulho em ver nesta Assembleia da República Deputados portugueses que defenderam a tirania de Milosevic, agora acusado pelo genocídio do seu próprio povo!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Lino de Carvalho** (PCP): — Isso é demagogia sem limites!

O **Orador**: — Compreendo, Sr. Deputado, que V. Ex.^a não tenha gostado da minha declaração quando referi que os dois maiores males do século XX foram o totalitarismo nazi e o totalitarismo comunista. Compreendo perfeitamente que V. Ex.^a não goste da declaração!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Lino de Carvalho** (PCP): — Isso é fuga para a frente!

O **Orador**: — Por isso, Sr. Deputado, sejamos claros: quando V. Ex.^a fala em resoluções das Nações Unidas, está a utilizar um argumento falso. Na realidade, com ou sem resolução das Nações Unidas, V. Ex.^a não apoiará uma acção contra o Iraque!

Vozes do PSD: — Essa é que é essa!

O **Orador**: — Responda: V. Ex.^a apoia uma acção contra o Iraque se houver uma resolução das Nações Unidas?

O Sr. **Lino de Carvalho** (PCP): — O senhor é que tem de responder à questão!

O **Orador**: — Esta é que é a questão importante!

Por isso, VV. Ex.^{as} utilizam argumentos jurídicos falaciosos para esconder na realidade aquilo que é uma posição objectivamente ao lado da ditadura sangrenta de Saddam Hussein! Esta é a verdadeira posição do Partido Comunista!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PCP, batendo com as mãos nos tampos das bancadas.

O Sr. **Lino de Carvalho** (PCP): — Voltou o tempo do nacional-fascismo!

A Sr.^a **Luísa Mesquita** (PCP): — Caceteiro do MRPP! Provocador!

O Sr. **Presidente**: — Os Srs. Deputados do Partido Comunista sabem que bater com as mãos nos tampos das bancadas prejudica o sistema áudio, pelo que peço o favor de o evitarem.

Sr. Deputado Carlos Carvalhas, tinha pedido a palavra para que efeito?

O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): — Sr. Presidente, é para defesa da honra da bancada.

O Sr. **Presidente**: — Qual é o motivo da sua ofensa, Sr. Deputado?

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — É preciso explicar, Sr. Presidente?!

A Sr.^a **Luísa Mesquita** (PCP): — Sr. Presidente...!

O Sr. **Presidente**: — Fiz uma pergunta ao Sr. Deputado Carlos Carvalhas e espero uma resposta!

O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): — São as declarações do Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra.

O Sr. **Carlos Carvalhas** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, lamento as declarações que fez.

O Sr. **Lino de Carvalho** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Nunca me ouviu defender Milosevic. Nunca me viu defender os tiranos. Nunca me viu defender o fascismo. Nem agora nem no passado.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Não?!

O **Orador**: — Nem antes do 25 de Abril nem depois.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Não recebo lições de democracia. Não quero dá-las, mas também não as recebo.

Podemos ter opiniões diferentes, mas situemo-nos nas questões que estão em debate.

O Sr. Primeiro-Ministro diz que aqueles que querem uma posição clara em relação a uma decisão unilateral e a uma guerra preventiva são «advogados de Saddam». O senhor diz isto, referindo-se ao Sr. Presidente da República?

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Exactamente!

O **Orador**: — Está a dizer isto em referência ao Conselho da Europa? Ao Sr. Schroeder? A Chirac? Ou está a dizê-lo em referência a Adriano Moreira e outros?

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — O Professor Freitas do Amaral, por exemplo!

O Sr. **Ministro de Estado e da Defesa Nacional**: — Que disparate!

O **Orador**: — Sr. Primeiro-Ministro, desculpe que lhe diga mas alguns Deputados da minha bancada lembraram o que o senhor já defendeu.

Compreendo que os que mudam de campo, depois, como neófitos, têm pouca contenção nas suas afirmações.

Vozes do PCP: — Exactamente!

O **Orador**: — Não queria enveredar por este campo, mas, de facto, um maoísta reconvertido é sempre um social-democrata muito pouco polido.

Aplausos do PCP.

Vozes do BE: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro para dar explicações. Dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Carvalhas, o que eu disse posso repeti-lo com absoluta firmeza e serenidade. O Partido Comunista teve uma posição complacente, para não dizer de apoio, ao regime bárbaro de Milosevic.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

Protestos do PCP.

O **Orador**: — Quando a União Europeia decidiu não enviar observadores à farsa eleitoral organizada por aquele regime, o Sr. Deputado António Filipe, do Partido Comunista, deslocou-se a Belgrado.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Em relação ao Iraque, há dois Eurodeputados comunistas em Bagdad e ainda há dias vi dirigentes da CGTP-Intersindical defenderem, em Bagdad, aquele regime e aquela posição.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — É verdade!

Vozes do PCP: — E muito bem!

O **Orador**: — Sr. Deputado Carlos Carvalhas, sejamos claros. V. Ex.^a não utilizou a figura de defesa da honra para dar um esclarecimento em relação ao que lhe perguntei: se houver uma resolução das Nações Unidas, V. Ex.^a concorda com um ataque contra o Iraque? Essa é que é a questão a que V. Ex.^a não respondeu.

O Sr. **Lino de Carvalho** (PCP): — O senhor é que é Primeiro-Ministro! O senhor é que tem de responder!

O **Orador**: — Por isso, digo-lhe, Sr. Deputado Carlos Carvalhas, que a firmeza da minha resposta vem na sequência da acusação injusta que fez quando me interpelou.

V. Ex.^a acusou-me de algo que não aceito e que — isso, sim! — constituiria uma ofensa. V. Ex.^a acusou-me de subserviência.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Não é uma acusação, é uma confirmação!

O **Orador**: — Quero dizer-lhe que, como Primeiro-Ministro e como português, estou, única e exclusivamente, ao serviço do interesse nacional.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, com o devido respeito, devo dizer-lhe que a sua intervenção primou pela hipocrisia.

Vozes do BE: — Muito bem!

Vozes do CDS-PP: — Ah!

O **Orador**: — O apego que manifesta à democracia contra a ditadura iraquiana tem tempos e modos. Os Estados Unidos da América, que o senhor segue fielmente, já consideraram o ditador Saddam Hussein como um aliado,...

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

O **Orador**: — ... no tempo, aliás, em que os governos portugueses, incluindo alguns do seu próprio partido, não só venderam urânio ao ditador Saddam como sancionaram venda de armamento ao Iraque a partir de Portugal.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Luísa Mesquita** (PCP): — Exactamente!

O **Orador**: — Os amigos de ontem transformam-se nos inimigos de hoje pelas idas e voltas dos interesses geo-estratégicos dos Estados Unidos da América. Neste domínio, Portugal é meramente um peão. Por aí, Sr. Primeiro-Ministro, caem por terra as suas proclamações de apego à democracia.

É que no tempo em que Saddam Hussein era um aliado dos Estados Unidos da América e também um aliado próximo de Portugal, o seu regime chacinou milhares de opositores. Nessa altura, não vimos esta insurreição democrática do mundo ocidental.

Mudaram os tempos, mudaram as vontades. É o cinismo da política internacional que empurra essas posições do Sr. Primeiro-Ministro.

Vozes do BE: — Muito bem!

O Orador: — Digo que a sua intervenção é hipócrita porque, por um lado, pretende a unidade europeia e, por outro, deu-nos aqui, hoje, o dogma da política externa de Portugal em qualquer situação de crise internacional: primeiro os Estados Unidos da América, depois os Estados Unidos da América, novamente os Estados Unidos da América e a Inglaterra.

Aplausos do BE.

Onde é que fica essa unidade europeia? Onde é que fica o fundamento do seu périplo europeu pelas presidências rotativas, pelo aprofundamento da política externa e de segurança comum da União Europeia? Não consultou a presidência grega da União Europeia!

Aliás, ao que parece, perante o seu apelo ao Presidente George Bush, de quem recebeu um telefonema, durante o qual, seguramente, lhe garantiu o segredo de Estado a que aqui fez referência, mas que é um «segredo de polichinelos», que é o de que participará na guerra — e ela é inevitável —, foi tratado pela presidência grega da União Europeia como um dos integrantes do «bando dos oito», o que é uma linguagem pouco diplomática.

Sr. Primeiro-Ministro, a sua intervenção prima, ainda, pela hipocrisia porque, na carta que subscreveu com outros líderes europeus, dá por adquirido que existem provas de armas de destruição maciça, o que é absolutamente contraditório com a proclamada intenção de alargar o prazo da inspecção por parte das Nações Unidas no Iraque.

Sr. Primeiro-Ministro, a sua intervenção é hipócrita porque já mandou encerrar a embaixada de Portugal em Bagdad, já cedeu a base das Lages. Ou seja, o que o Governo português se prepara para fazer e que o Sr. Primeiro-Ministro, por razões de oportunidade política, não diz aqui claramente, é o que os seus apoiantes das bancadas da maioria já disseram: Portugal acompanhará o esforço de guerra dos Estados Unidos da América em qualquer circunstância — com as Nações Unidas, através da NATO, através de um mecanismo de coligação de países. Já o disseram os líderes parlamentares do CDS-PP e do Partido Social Democrata. Veja-se a imprensa desta manhã.

Assim, Sr. Primeiro-Ministro, porque não acreditamos que tenha havido uma manifestação autonómica das bancadas da maioria, sabemos que essa é a posição que já está concertada.

Neste âmbito, há que aclarar que a maioria da opinião pública europeia e da opinião pública portuguesa percebeu claramente que o que se joga no Iraque não é a deposição de um regime tirânico. O que se joga no Iraque são os in-

teresses petrolíferos dos Estados Unidos da América e de alguns dos seus aliados, entre os quais Portugal nada conta.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

O Orador: — O que se joga no Iraque é a criação de um protectorado dos Estados Unidos da América com vista a um controlo estratégico do Médio Oriente. O que se joga no Iraque é uma ajuda ao psicopata Sharon para resolver, à moda dos Estados Unidos da América, a crise que se vive na Palestina.

Aplausos do BE.

É isto que está em jogo neste momento e é neste «carro de guerra» que Portugal alinha claramente.

O que o Sr. Primeiro-Ministro assinou, juntamente com José María Aznar, Tony Blair, Silvio Berlusconi e outros, é, claramente, um passaporte dado aos Estados Unidos da América para fazerem a guerra em quaisquer circunstâncias e é um apelo veemente, nas entrelinhas, para que o Conselho de Segurança das Nações Unidas sucumba a uma guerra preventiva que não faz parte da Carta das Nações Unidas. Não se trata de qualquer operação humanitária, é uma guerra preventiva. O que se indica muito claramente naquele documento é que de qualquer modo, haja o que houver, a guerra vai por diante.

Sim, Sr. Primeiro-Ministro, nós somos contra a guerra em quaisquer circunstâncias. Aquela não é uma guerra justa, não é uma guerra necessária.

O Sr. Primeiro-Ministro deveria interrogar-se sobre as cumplicidades perigosas que não são dos que defendem a paz e que dizem «desgraçado povo iraquiano que sofre a tirania de Saddam e vai sofrer a guerra e o protectorado dos Estados Unidos da América». A cumplicidade perigosa, Sr. Primeiro-Ministro, é a sua com os Estados Unidos da América.

Aplausos do BE.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Fazenda, tenho de refutar em absoluto os termos, a meu ver, impróprios no Parlamento,...

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

Protestos do Deputado do BE João Teixeira Lopes.

O Orador: — ...em que V. Ex.^a se me dirige.

V. Ex.^a pode discordar em absoluto da minha orientação — e com certeza discorda —, mas acho que estou em posição de exigir-lhe algum respeito. Exerço as minhas funções porque tive um mandato do povo português.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Não me parece que julgar intenções, considerar hipócrita ou cínica uma determinada posição seja um elemento construtivo para o debate.

Discorda da minha posição — tem todo o direito em fazê-lo —, mas não julgue as intenções porque V. Ex.^a não é juiz, muito menos está autorizado, seja por quem for, a julgar as minhas.

Risos do Deputado do BE João Teixeira Lopes.

Nós, como maioria, temos legitimidade para defender a posição que Portugal deve levar por diante. V. Ex.^a representa uma força que respeito apesar do seu carácter minoritário, mas não estou a atribuir-lhe intenções. Penso que isto é importante para o futuro dos nossos debates.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — No que diz respeito à questão de fundo, quanto à política e deixando de lado o tom da sua intervenção, quero deixar-lhe uma resposta, Sr. Deputado.

O ónus da prova na questão do desarmamento do Iraque não compete às Nações Unidas, compete ao regime iraquiano.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Exactamente!

O Orador: — É isso que está na resolução aprovada, por unanimidade, no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Os inspectores não são uma agência de detectives. Deve ser o governo iraquiano a mostrar como desmantelou, se desmantelou, quando desmantelou o seu arsenal que está em violação da resolução das Nações Unidas.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Esta é a questão. Até agora, não o fez. Por isso, neste momento, o regime iraquiano está numa situação de violação material da Carta das Nações Unidas, de violação da resolução das Nações Unidas.

Ora, V. Ex.^a não respondeu — tem agora oportunidade de responder e espero que o faça — à questão de saber se estaria de acordo com uma intervenção das Nações Unidas para desarmar o regime iraquiano. Essa é que é a questão.

É que alguns servem-se de argumentos formais para, na realidade, manterem o apoio de facto, objectivo, ao actual regime iraquiano. Essa é que é a questão. Não me venham com argumentos formais, porque, com a essa posição, têm vindo a defender a manutenção daquele regime.

Digo-lhe, com clareza: quando cai uma ditadura, seja de esquerda ou de direita, quando cai um ditador, é um grande dia para os democratas de todo o mundo,...

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

... e será um grande dia para a Europa e para o mundo o dia em que o ditador Saddam Hussein for «destronado» e cair o regime sanguinário de que está à frente.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Quando isso acontecer, quando o ditador Saddam Hussein for desalojado da posição que ilegitimamente ocupa, oprimindo o povo iraquiano, espero que V. Ex.^a venha aqui à Assembleia congratular-se e diga: «caiu mais uma ditadura, a humanidade deu mais um passo em frente».

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para uma réplica, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Sr. Presidente, o Sr. Primeiro-Ministro manifestamente excede-se...

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Ah!

O Orador: — ... quando tenta guiar o comportamento de qualquer partido da oposição e reafirmo o cinismo e a hipocrisia política da intervenção do Sr. Primeiro-Ministro.

Vozes do BE: — Muito bem!

O Orador: — Não contesto a sua legitimidade como Primeiro-Ministro, mas não recebemos lições de comportamento político. Não reagiu, aliás, quando acusou a oposição indiscriminadamente de ser advogada do regime iraquiano, de modo que deixemos o debate naquilo que ele é: o debate dos conteúdos. E, sobre isso, não terei a menor ambiguidade, Sr. Primeiro-Ministro.

O Bloco de Esquerda está contra uma guerra no Iraque, seja unilateralmente conduzida, seja através de uma coligação de países, e tenha até a cobertura do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Ah!

O Orador: — A nossa posição é claríssima sobre isto — e foi-o, desde sempre! É a posição hoje expressa pela opinião pública europeia e por uma boa parte da opinião pública americana, é a posição expressa nas manifestações de rua, nas manifestações de defesa pela paz. É que compreendemos o carácter hipócrita desta guerra, porque é uma guerra do império, por interesses que são materiais, quer de controlo político, quer de controlo de reservas estratégicas de petróleo.

Sr. Primeiro-Ministro, a questão que aqui se joga é exactamente a de saber se Portugal podia ter um papel pacífico, diplomático, na solução deste conflito, ou se Portugal alinha pelo «carro da guerra».

Fui claro, o Bloco de Esquerda é claro. O seu governo não é claro, manda dizer que Portugal estará na guerra de qualquer forma e fecha a embaixada em Bagdad.

Assim, a pergunta que, necessariamente, lhe deixo é se o Governo vai ou não propor ao Sr. Presidente da República uma declaração de guerra.

Aplausos do BE.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O **Sr. Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Fazenda, há pouco, critiquei o tom da sua intervenção e, agora, tenho de continuar a criticá-lo.

V. Ex.^a julga que, para fazer oposição ao Governo, é útil lançar acusações desse tipo moral. É que, quando falamos de hipocrisia ou de cinismo, estamos a entrar no campo da moral.

O **Sr. João Teixeira Lopes (BE)**: — Da política!

O **Orador**: — V. Ex.^a considera isso útil na luta contra o Governo, mas deixe-me dizer-lhe o seguinte: os portugueses estão a ver este debate — uma grande parte, pelo menos, pode estar a ver — e, quando se procura enlamear o Governo, está-se também a enlamear as instituições e a democracia.

O **Sr. Luís Marques Guedes (PSD)**: — Muito bem!

O **Orador**: — Acho que é tempo de todos nós (Governo e oposição, maioria e minoria) aceitarmos que deve haver certos limites que não devem ser ultrapassados...

O **Sr. João Teixeira Lopes (BE)**: — Mas ultrapassam-os o senhor!

O **Orador**: — ... nas acusações que são feitas, que uma coisa são divergências políticas profundas e outra acusações de intenção, noutro plano. É que, se não o fizermos, vamos por mau caminho.

Mas no que diz respeito à segunda parte da sua intervenção, aí, devo felicitá-lo. V. Ex.^a foi, de facto, claro. V. Ex.^a disse que, mesmo com uma resolução das Nações Unidas, estará contra uma intervenção da comunidade internacional para desarmar o regime iraquiano. É, de facto, extraordinário!

O **Sr. Luís Fazenda (BE)**: — Qual é a novidade?!

O **Orador**: — É extraordinário, porque aqui está demonstrado que, para muitos daqueles que objectivamente são os advogados de Saddam Hussein, o argumento jurídico é um pretexto. Na realidade, estão a favor da manutenção do regime de Saddam Hussein.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E espero que outras oposições se demarquem desta posição, que assumiu, de facto, com clareza.

O **Sr. Luís Marques Guedes (PSD)**: — Para já, «metem-se nas encolhas»!

O **Orador**: — É que, assim, cai a máscara dos pretenso defensores do Direito Internacional, daqueles que utilizam o Direito Internacional, argumentos pretensamente jurídicos, para inibir a comunidade internacional de derrotar uma ditadura opressiva como é a de Saddam Hussein.

O **Sr. João Teixeira Lopes (BE)**: — E a Coreia do Norte?!

O **Orador**: — Quanto à Coreia do Norte, respondo-lhe já, Sr. Deputado: serei um homem feliz no dia em que todas as ditaduras do mundo caírem! É desejável e positivo que elas caíam, é bom para a democracia e para a humanidade que elas caíam, representa um progresso da humanidade que as ditaduras caíam.

Por isso, respondendo a uma pergunta que me foi feita sobre se o Governo virá mais vezes a esta Assembleia, direi que virá todas as que VV. Ex.^{as} quiserem, todas, com muito orgulho.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — E espero vir aqui à Assembleia para comemorar a derrota e a queda da brutal ditadura iraquiana e do ditador Saddam Hussein. Esse será um dia de festa para o Parlamento português.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O **Sr. Luís Fazenda (BE)**: — E a declaração de guerra?

O **Sr. Presidente**: — Para formular uma pergunta, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A **Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes)**: — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, julgo que, desde o início do debate, o senhor persiste, numa visão maniqueísta, em brincar ao gato e ao rato e ao faz de conta. É que há, desde o início deste debate, questões que foram colocadas mas que estão em aberto.

O Sr. Primeiro-Ministro insiste em não responder se sim ou não Portugal, que, de forma acrítica, tomou a posição que ontem tomou, uma posição que não é seguramente, como diz, um contributo para a paz, não é um contributo para uma posição comum da União, nem tão-pouco para a construção europeia, a qual, de forma tão fervorosa, diz partilhar. Essa posição não é seguramente, insisto, um contributo para a paz.

É que a paz — e não vale a pena dar voltas — não tem necessariamente de passar pela força das armas, não tem necessariamente de passar pela guerra. Aliás, acho de muito mau gosto, Sr. Primeiro-Ministro — e gostaria que fosse mais claro —, a acusação que lança aos que são contra a guerra. Contra a guerra pronunciou-se, com clareza, o Papa, na sua mensagem do primeiro dia deste ano, e contra a guerra posicionaram-se, com clareza, bispos italianos, ontem. E a posição daqueles que não acreditam que pelas armas se resolva o que quer que seja não é uma posição de cumplicidade com um regime de tirania, um regime brutal, um regime que liquida os opositores, um regime que não garante os direitos das mulheres. É uma guerra que, porventura, pode ou não acabar com o ditador, mas seguramente vai fazer sofrer mais crianças, mais mulheres e, como em todos os conflitos militares, a população civil que se opõe àquele regime e que nada tem a ver com aquilo que determina a sua permanência.

A segunda pergunta que tenho de fazer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, tem a ver com isto: o senhor quer acabar com as ditaduras. Nós também queremos acabar com as ditaduras, obviamente. Por isso, a pergunta que lhe

faço é se isso significa que Portugal passa a disponibilizar-se, passa a ceder território, passa a envolver-se em todas as cruzadas e é por aí que caminha. É essa a pergunta que tenho de fazer, porque o seu raciocínio só me leva a concluir isso.

A terceira questão, Sr. Primeiro-Ministro, tem a ver com as armas. Armas nucleares, disse o Presidente da Comissão de Energia Atómica, não está provado que existam, mas as armas são um perigo. É evidente que são um perigo, são-no no Iraque como noutros países da região. A pergunta que formulo é se o Sr. Primeiro-Ministro é defensor — como, aliás, ontem, a questão foi colocada no Parlamento Europeu e um dos inspectores admitiu — da existência de inspecções, sob a égide das Nações Unidas, a outros países na região, e refiro-me concretamente a Israel.

Sr. Primeiro-Ministro, uma outra pergunta que lhe faço tem a ver com esta mesma região. O senhor fala dos direitos humanos e das ditaduras: eu falo, por exemplo, da Arábia Saudita, que liquida e anula os direitos das mulheres e liquida e tortura, por exemplo, homossexuais, e pergunto-lhe se, em seu entendimento, é legítimo, também aí, uma intervenção militar para resolver um problema gravíssimo de direitos humanos, que afronta a comunidade internacional.

Sr. Primeiro-Ministro, lamentando aborrecê-lo, porque o Sr. Primeiro-Ministro fica muito enfasiado com as perguntas, mas retomo as questões colocadas pelos Srs. Deputados Ferro Rodrigues, Carlos Carvalhas e, parcialmente, Luís Fazenda, a saber: sim ou não, Portugal aceita envolver-se, à margem de uma decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas? Qual é o seu raciocínio em relação a quem define as ameaças? É o Sr. Berlusconi, o Sr. Blair, o Sr. Aznar ou, do seu ponto de vista, a Carta das Nações Unidas tem significado e, portanto, são as Nações Unidas que definem se há, ou não, uma ameaça, que tipo de perigo ela comporta e, existindo essa ameaça, se ela significa o recurso às armas ou se há (e, do nosso ponto de vista, há) outros mecanismos mais eficazes para a comunidade internacional, diferentemente, penalizar e tentar sufocar essa tirania, esse regime ditatorial?

Aplausos de Os Verdes e do PCP.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Isabel Castro, em primeiro lugar, quanto à questão geral «guerra ou paz», reafirmo que ninguém bem formado é, em princípio, a favor da guerra. Penso que todos, todos os homens e mulheres de boa vontade, devem defender a paz. Temos, contudo, de ver, em cada caso concreto, de que modo é que se defendem os nossos valores.

Por exemplo, no Afeganistão, apesar de a situação estar longe de se encontrar esclarecida, foi ou não um progresso a intervenção militar que acabou com o atroz regime dos talibã? Foi ou não um progresso? É que quando se fala na guerra e se diz que a guerra provoca vítimas, a paz também pode provocá-las, porque, sob uma situação de paz no Afeganistão, eram dizimadas populações.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quanto à intervenção das próprias Forças Armadas portuguesas, calculámos que o C130 que enviámos, com uma equipa médica, para o Afeganistão salvou, pelo menos, 500 vidas. Por isso, esta ideia simplista e demagógica de que fazer a guerra é provocar vítimas e a paz é salvá-las não corresponde à verdade. Muitas vezes, manter a situação como está é permitir que, silenciosamente, continuem a existir vítimas da ditadura e da opressão.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Assim, em muitos casos, pode ser necessário uma intervenção pela força para poupar mais vidas do que aquelas que continuariam a ser sacrificadas.

Por isso, Sr.^a Deputada, a questão, de facto, não é simples e não se pode colocar, aí sim, em termos maniqueístas, dizendo que todos aqueles que advogam, em determinadas condições, o uso da força são contra a paz ou estão contra os valores fundamentais em que gostaria que todos acreditássemos.

Uma outra questão que V. Ex.^a colocou — e, deixe-me dizer-lhe, Sr.^a Deputada, que gosto imenso das perguntas, não estou nada incomodado com elas, não gosto é do tom, a meu ver, impróprio que, às vezes, determinados políticos utilizam para se referir a outros políticos que têm legitimidade democrática, mas isso é diferente — tem a ver com Israel.

Sr.^a Deputada, há uma diferença fundamental entre Israel e o Iraque. Podemos gostar, ou não, e discordar, ou não, da política do actual governo israelita, e digo-lhe que discordo de muitos dos aspectos da política do actual governo israelita, discordo de muitas das posições que foram tomadas pelo primeiro-ministro Sharon na crise do Médio Oriente, particularmente em relação ao povo palestino, discordo completamente dessas posições. Mas, atenção, há uma diferença fundamental: é que Israel, apesar de todos os seus problemas, é uma democracia e quem lá está foi eleito pelo seu povo.

O Sr. Telmo Coreia (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — E o Iraque é uma ditadura. Para mim, isso conta! Será irrelevante para V. Ex.^a, mas, para mim, é importante saber se um regime é democrático ou é uma ditadura, e penso que deveria ser importante para toda esta Assembleia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — V. Ex.^a disse também que já decidimos em relação à tal «guerra preventiva». Respondo pela enésima vez, Sr.^a Deputada Isabel Castro, que estamos a fazer tudo o que está ao nosso alcance para encontrar uma solução que respeite o Direito Internacional. É isso que tenho dito quer aos nossos aliados, quer na Assembleia da República, quer noutras intervenções, e é isso que consta da declaração tão abundantemente criticada por alguns políticos da oposição.

Não será correcto, neste momento, Portugal dizer que posição vai tomar concretamente perante um cenário que ainda não conhece. A meu ver, é um erro, é falta de prudência que o Governo português o diga — outra coisa são analistas ou comentadores fazerem-no! Mas eu não estou aqui a falar como analista nem como comentador mas, sim, como Primeiro-Ministro e o que digo vincula o Estado na ordem externa. Ou seja, ao tomar uma posição, o Governo português vincula Portugal na ONU, na NATO ou na União Europeia, por isso temos de ter muito cuidado e tratar este assunto com grande prudência.

Posso acrescentar o seguinte ponto: é óbvio que a posição que Portugal tomará em relação a qualquer pedido dos Estados Unidos — para além do que já fez quanto à Base das Lajes — terá em consideração o facto de haver um mandato internacional claro para a comunidade internacional actuar no que diz respeito à questão do Iraque.

Ao contrário do Sr. Deputado Luís Fazenda, que diz que não lhe interessa e que tanto lhe faz que haja ou não resolução, porque ele está contra o desarmamento do Iraque pela força, para nós, a posição da ONU, da NATO e dos nossos aliados não é irrelevante. E é precisamente por isso que não podemos definir hoje uma posição definitiva em relação a um cenário que, neste momento, não se conhece e um cenário que, para além do mais, Portugal deseja que não se concretize.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para replicar, assim o entender, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o único aspecto que a sua resposta permite identificar é que, em princípio, é contra a guerra, o que significa que não é contra a guerra de uma forma taxativa. Esse registo ficou muito claro para nós.

Como ficou muito claro que, para si, Sr. Primeiro-Ministro, a questão da paz é um pouco um estado de alma, tal como será, seguramente, as questões do combate às ditaduras e da defesa dos direitos humanos. Ou seja, percebeu-se que, em relação à ameaça potencial e ao armamento que, eventualmente, Israel possuía, esse problema não se coloca porque há um governo eleito democraticamente. Mas não é esse, seguramente, o caso da Arábia Saudita e não o ouvi pronunciar-se sobre ele, sendo certo que se afirma que a Arábia Saudita desempenha um papel extremamente importante do ponto de vista do financiamento do terrorismo. Gostava, portanto, de conhecer o seu pensamento sobre este assunto.

Também queria que clarificasse um outro aspecto, que me parece verdadeiramente espantoso. O Sr. Primeiro-Ministro insiste em não dizer se Portugal se envolverá militarmente numa aventura que pode — não o disse — ser concebida à margem de uma decisão e de uma resolução das Nações Unidas, pelo que essa questão continua em aberto. E disse, aliás, que não queria adiantar pormenores porque estamos a falar de forma antecipada sobre coisas que poderão ou não acontecer. Mas, se assim é, pergunto como é que o Sr. Primeiro-Ministro, em relação a um pedido dos Estados Unidos, aceita a cedência do território

nacional e da Base das Lajes, sendo certo que essa cedência só seria automática no caso de haver uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o que não se verifica neste momento, e sendo certo que não há outro cenário definido para uma intervenção militar.

Gostaríamos, pois, de saber com que facilidade o Sr. Primeiro-Ministro decide envolver politicamente Portugal num conflito que se pode saber quando vai começar mas duvido que se saiba que consequências desastrosas pode vir a ter, que gravidade, que sofrimento pode dele resultar e que contributo poderá dar — e não dá, seguramente, do nosso ponto de vista — para a paz na região e, muito menos, para o reforço de meios alternativos para uma outra ordem internacional.

Vozes de Os Verdes: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, já respondi abundantemente à Sr.^a Deputada Isabel Castro e, aliás, a outros Deputado, mas posso sublinhar um ou outro ponto.

Não vou agora nomear este ou aquele regime, mas quero repetir-lhe a posição de princípio que há pouco já enunciei: sou contra todas as ditaduras e penso que é bom para a Humanidade o dia em que elas caem; sou contra todos os regimes que, por exemplo, tratam as mulheres como seres de 2.^a classe,...

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

Risos da Deputada do BE Joana Amaral Dias.

O Orador: — ... revolta-me que tal aconteça e, por isso, ficarei pessoalmente muito satisfeito no dia em que todas essas ditaduras cessem de existir. Penso que a minha posição não pode ser mais clara a este respeito.

Estamos perante uma situação de violação do Direito Internacional: neste momento, o regime iraquiano está a violar o Direito Internacional. Esta é a posição unânime do Conselho de Segurança — a Resolução n.º 14/41 dispõe-no sem quaisquer ambiguidades. Coloca-se, por isso, o problema de saber se vamos ou não aplicar essa resolução. É desejável, já o disse, uma nova resolução das Nações Unidas e é nesse sentido que Portugal está a trabalhar, é nesse sentido que o Governo português se tem empenhado. Trata-se, portanto, de uma posição clara e determinada.

No que diz respeito à resposta aos Estados Unidos, Sr.^a Deputada, deixe-me que lhe diga que, ao abrigo do acordo de cooperação e defesa com o Governo norte-americano que assinei em nome de Portugal, na altura como Ministro dos Negócios Estrangeiros, essa é uma decisão que o Governo português pode tomar, e fê-lo! Tomou uma decisão nesse sentido porque, quando se suscitou essa questão, no espírito de amizade e de cooperação que existe com os Estados Unidos, considerou que se justificava uma resposta afirmativa. Na mesma ocasião, os americanos disseram-nos que ainda não está tomada nenhuma decisão de intervenção militar contra o Iraque.

Esta foi a nossa posição porque, como lhe disse há pouco — e posso repetir as vezes que os Srs. Deputados quiserem —, entre os Estados Unidos, uma grande democracia, e a ditadura iraquiana, Portugal não é neutral, não defendemos nenhuma teoria da equidistância! É a posição que o Governo português, mandatado por este Parlamento, vai continuar a defender.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos dar início à segunda ronda de perguntas, na qual cada orador dispõe de apenas 3 minutos, sem que haja direito a réplica ou tréplica.

Para formular uma pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado José Vera Jardim.

O Sr. **José Vera Jardim (PS)**: — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, porventura não é ainda hoje que vamos ficar a saber tudo, e não vamos ficar a saber tudo por uma razão muito simples: o Sr. Primeiro-Ministro veio aqui fazer um discurso dos valores, do direito, dos Direitos do Homem, da democracia mas, a seguir, fez o discurso mais tacticista que pode haver em política internacional, que é o de dizer vamos esperar, estamos a estudar em profundidade todos os cenários possíveis. Mas ainda não chegou a uma conclusão sobre estes cenários, certamente.

Ora, Sr. Primeiro-Ministro, este discurso dos valores é muito bonito mas tem consequências, designadamente a de ter de ser aplicado até ao fim. Ou seja, se o senhor diz que é pela democracia, pelo direito, pelos Direitos do Homem, a seguir não pode «rasgar» a Carta das Nações Unidas e concordar com intervenções à margem dessa mesma Carta!

Aplausos do PS.

O **Orador**: — Sobre isso o Sr. Primeiro-Ministro nada disse, porque se resguardou no tacticismo.

Repare, Sr. Primeiro-Ministro: hoje, todos os povos da Europa sabem o que os seus governos pensam e querem. O seu colega Aznar já disse que se houver uma intervenção dos Estados Unidos à margem da Carta das Nações Unidas estará nessa intervenção; Schroeder já disse que nunca estará numa intervenção;...

Vozes do PSD: — Vamos ver!...

O **Orador**: — ... Blair estará. Mas o senhor não sabe, ou não quer dizer, se estará ou não!

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Ontem, Sr. Primeiro-Ministro, na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, sendo relator, aliás, um Deputado espanhol do seu grupo parlamentar — o Partido Popular Europeu —, foi aprovada, quase por unanimidade, uma resolução (da qual lhe vou oferecer cópia porque, como foi aprovada ontem de manhã, pode ainda não a ter), e é sobre ela que lhe quero colocar uma questão muito concreta.

A resolução tem três pontos mas apenas vou ler-lhe um, o que apela aos governos para se absterem de apoiar qualquer acção contrária à autoridade das Nações Unidas, excluindo, naturalmente, qualquer uso de força sem uma deliberação clara do Conselho de Segurança.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Primeiro-Ministro, quando o senhor vem aqui dizer que é pela democracia, pelo direito, nós também somos! E que fique muito claro, porque está claríssimo, que somos contra as ditaduras e, naturalmente, não temos nenhum apreço pela ditadura de Saddam Hussein, nem nunca nos atreveríamos a dizer, como o seu Ministro dos Negócios Estrangeiros fez, em Setembro, que temos com o Iraque relações cordiais. É que nós pensamos que não deve haver relações cordiais com o regime de Saddam Hussein!

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, o tempo de que dispunha esgotou-se, peço-lhe para concluir.

O **Orador**: — Concluo já, Sr. Presidente.

Já agora, Sr. Primeiro-Ministro, não confunda acções humanitárias conduzidas no Kosovo com uma acção de guerra ilegítima perante o Direito Internacional,...

Aplausos do PS.

... porque esse é o caso que V. Ex.^a ainda não tornou claro, e espero que o faça agora. Isto é, se houver uma acção à margem e contra o Conselho de Segurança das Nações Unidas, contra deliberações legítimas das Nações Unidas, V. Ex.^a está disposto a alinhar com ela, ou não? Esclareça-nos e esclareça o País, finalmente.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Vera Jardim, à margem das Nações Unidas, sem qualquer resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o governo português — ao qual V. Ex.^a pertencia, como Ministro da Justiça e, portanto, em princípio, como especialista nas questões da legalidade — apoiou uma intervenção, nomeadamente de bombardeamentos, no Kosovo. Mais: enviou para lá F16 sem que o meu antecessor tivesse vindo à Assembleia da República, nomeadamente ao Plenário!

Vozes do PS: — Veio, veio!

O **Orador**: — Não houve um único debate prévio, veio 12 dias depois!

V. Ex.^a diz que se trataram de bombardeamentos para fins humanitários, e eu pergunto: V. Ex.^a tem a garantia de que não serão necessários bombardeamentos para fins humanitários no Iraque?

O Sr. José Vera Jardim (PS): — Não é isso que está em causa!

O Orador: — A questão é muito clara, Sr. Deputado José Vera Jardim. Explique-me com que fundamento V. Ex.^a apoiou a acção da NATO, concretamente do governo português, no Kosovo, sem mandato das Nações Unidas?

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Esquecem-se sempre!

O Orador: — Mais: explique-me por que razão, em 1998,...

Vozes do PS: — Responda à pergunta!

O Orador: — ... era Portugal membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas e estavam VV. Ex.^{as} no governo, foi decidido recomençar os bombardeamentos no Iraque?

O Sr. Vicente Jorge Silva (PS): — Responda!

O Orador: — Pergunto-lhe: V. Ex.^a apoiou essa acção sem mandato explícito? V. Ex.^a deve saber que tem havido bombardeamentos no Iraque, nomeadamente por parte dos Estados Unidos e do Reino Unido. Ora, alguma vez o governo português de que V. Ex.^a fazia parte considerou indispensável ou necessária uma resolução habilitante, própria das Nações Unidas, para esse fim? Não!

Vozes do PS: — Responda!

O Orador: — O meu antecessor disse aqui, na Assembleia da República, 12 dias depois, que, esgotada a solução diplomática, há condições em que temos de aceitar o uso da força porque há valores essenciais a preservar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Vozes do PS: — E se não houver?

O Orador: — Por isso, Sr. Deputado, em relação à questão concreta sobre aquilo que actualmente se passa, tal como já disse, sou a favor de uma resolução das Nações Unidas, sou a favor do Direito Internacional! Em relação a cenários hipotéticos, não me pronuncio neste momento, porque considero que, fazê-lo, poderia comprometer o interesse nacional.

O Sr. Vicente Jorge Silva (PS): — Responda!

O Orador: — No momento oportuno, tomaremos posição. Se vier a colocar-se esse cenário, que eu não desejo — penso que estou a ser bem claro —, tomaremos uma posição que não será neutral, entre os nossos aliados e o regime ditatorial de Saddam Hussein. É esta a posição do Governo português.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para formular uma pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Gomes da Silva.

O Sr. Rui Gomes da Silva (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, começaria por também reafirmar aquilo que tem vindo a ser dito, ou seja, que ninguém deseja a guerra pela guerra. A guerra só os loucos e possivelmente os tiranos é que a desejam. Mas, Srs. Deputados, aquilo que está aqui em jogo não é uma questão de guerra, ou de guerra pela guerra, ou de guerra contra alguém; é, essencialmente, uma questão de liberdade, uma questão de combate ao terrorismo e às acções que essas mesmas organizações vão conduzindo pelo mundo. E é bom que o País perceba, nesta matéria, quem está de um lado e quem está do outro, ou seja, quem tacitamente, quem, pela omissão, ou quem, pela acção, deliberadamente, está do lado daqueles que apoiam o terrorismo e quem está do lado daqueles que combatem esse mesmo terrorismo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Os Estados Unidos da América, o mundo ocidental tentou, por diversas vezes e em diversos momentos, ao longo dos últimos meses, resolver o problema pela solução da contenção. E essa solução, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, não resultou.

Portugal não pode esquecer a sua vocação atlântica. Portugal não pode esquecer a sua preocupação mediterrânica. Mas, Sr. Primeiro-Ministro, Portugal não pode nunca esquecer quais são os seus aliados, qual o lado da baricada em que deve estar e quais os interesses e os princípios que tem de defender. É por isso, Sr. Primeiro-Ministro, que tenho muito orgulho de que o Primeiro-Ministro do meu país tenha assinado a declaração que assinou ao lado de outros primeiros-ministros da Europa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E tenho orgulho, Sr. Primeiro-Ministro, porque não creio que o importante seja aquilo que aqui disse o Secretário-Geral do Partido Socialista sobre as aparências. Nada, naquela declaração, está contra aquilo que temos vindo a defender.

A única coisa que preocupa o Partido Socialista são as aparências e a preocupação com a Europa! Mas será a Europa o vector único da nossa política externa?! Penso que não pode ser; temos outras responsabilidades políticas, temos responsabilidades políticas para entender que a resposta política, face ao Iraque, pode não chegar. Infelizmente, há muitas situações — espero que não seja a situação a que poderemos vir a chegar — em que se porventura estivessemos aqui a lamentar a utilização de armas por esses países... É que depois, Srs. Deputados, nada poderíamos fazer!

Sr. Primeiro-Ministro, para além da reafirmação do orgulho que tenho em que tenha assinado aquela declaração, queria deixar-lhe duas pequenas questões.

A primeira é no sentido de lhe perguntar se poderia explicar aos partidos da oposição que a melhor maneira de combater o unilateralismo dos Estados Unidos da Amé-

rica é chamá-lo para que, em conjunto com a Europa, decida a posição a tomar nesta matéria.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Ou seja, a pior coisa que se pode fazer em relação à tentativa de afastamento dos Estados Unidos da América da Europa é encontrar uma clivagem como a que a França e a Alemanha têm vindo a encontrar face aos Estados Unidos da América.

A segunda questão, Sr. Primeiro-Ministro, é para lhe perguntar se não entende que aquilo que o Partido Socialista aqui vem defender não tem nada a ver com convicções do Partido Socialista, não tem nada a ver com a posição política do PS, apenas tem a ver com questões de política interna e que têm esta posição para não concordarem com o Governo, ao contrário do PSD, que muitas vezes concordou com VV. Ex.^{as} quando eram governo, nomeadamente no caso do Kosovo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rui Gomes da Silva, agradeço as suas palavras.

Deixe-me dizer-lhe que eu é que tenho muito orgulho em estar a dirigir um governo que tem o apoio de uma maioria que, nas questões essenciais, não tem dúvidas, sabe exactamente o que quer, sabe exactamente quais os valores de Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E é bom para Portugal saber que há uma maioria que garante a estabilidade e a continuidade desses valores. Gostaria de abranger nessa maioria o maior partido da oposição. Não desisti!

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — Na maioria?!

O Orador: — Na maioria de apoio aos grandes valores nacionais, não me interprete mal, Sr. Deputado Ferro Rodrigues. Não vou ao ponto de querer que V. Ex.^a apoie o Governo! Já fui líder da oposição e sei que é extremamente ingrata essa posição. Mas penso sinceramente que, sem prejuízo das nossas divergências, é possível, em questões de Estado, em questões de segurança e defesa, em questões de política externa, termos linhas, no essencial, convergentes. Por isso, respondendo à sua questão concreta, Sr. Deputado, fiquei surpreendido com o vigor, o incómodo com que o maior partido da oposição reagiu a uma declaração que eu assinei com outros líderes europeus, incluindo figuras relevantes da Internacional Socialista, desde logo talvez a mais importante figura, que é o Primeiro-Ministro britânico — fiquei sinceramente surpreendido!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Nós não!

O Orador: — Já hoje aqui perguntei e ainda ninguém da bancada da oposição me disse em que é que discordam da declaração! Quando eu e outros dizemos que o verdadeiro elo de ligação entre os Estados Unidos da América e a Europa são os valores que partilhamos; quando dizemos que a Europa foi libertada das duas formas de tirania que devastaram o nosso continente no século XX, o nazismo e o comunismo; quando dizemos que a relação transatlântica não pode ser uma vítima das tentativas persistentes do regime iraquiano de ameaçar a segurança mundial — esta frase fui eu que a pus na declaração, era a frase que já tinha dito ao Presidente George Bush em 10 de Setembro, chamando a atenção para a necessidade de a Europa e os Estados Unidos da América não se deixarem dividir por esta questão iraquiana.

O Sr. António Costa (PS): — E a questão da unidade europeia também não é importante?

O Orador: — Ou quando eu digo, mais à frente, que nós, europeus, temos vindo a reiterar o nosso apoio à Resolução 1411, o nosso desejo de seguir a via da ONU, e o nosso apoio ao Conselho de Segurança expresso na Cimeira da NATO, em Praga, e no Conselho Europeu de Copenhaga! Alguém do principal partido da oposição está em desacordo com isto?! Quando eu digo que há combinação de armas de destruição maciça e de terrorismo, que há uma ameaça de consequências incalculáveis?! Ou quando digo que estamos confiantes de que o Conselho de Segurança estará à altura das suas responsabilidades?!

Não há nada em que estejam realmente em desacordo a não ser com o facto de não apoiarem este Governo e quererem mostrar que estão contra! Essa é a verdade, mas nós vamos continuar, persistentemente, na defesa destes valores, na convicção de que haverá condições para um consenso tão alargado quando se tratar de outras decisões, mais à frente, se tal vier a ser necessário.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para formular uma pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o Sr. Deputado Luís Fazenda acabou há pouco, de relevar na intervenção de V. Ex.^a um exercício de grande hipocrisia. A propósito, já que se fala de exercício de hipocrisia, lembrei-me de um comunicado em tempos feito pelo BE que eu gostava de relembrar.

A propósito da intervenção no Kosovo, dizia então o Bloco de Esquerda que se desencadeou uma guerra na Europa como não se conhecia desde há muitos anos. E cito esse comunicado: «Os responsáveis por esta agressão são criminosos de guerra, sem a menor das justificações. Uma campanha militar para destruir a Jugoslávia e criar protetorados americanos na Europa».

Pergunto, Sr. Primeiro-Ministro: decorrida a intervenção no Kosovo, afinal onde estão, em primeiro lugar, os criminosos de guerra? Eram hoje, como ontem, os respon-

sáveis da NATO? Ou era o Sr. Milosevic, que está hoje sentado no banco dos réus a ser julgado por crimes de guerra?

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Está o Bloco de Esquerda hoje connosco, como já estávamos ontem, contra as ditaduras e contra o Sr. Milosevic? Ou, afinal, hoje já entende que até seria um criminoso de guerra e que a NATO tinha razão na intervenção que fez? E, já agora, onde estão os protectores americanos na Jugoslávia? Onde estão?

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Mas ouvi também o Sr. Deputado Carlos Carvalhas e o PCP muito indignados! E lembrei-me de um facto político igualmente importante, que também sou obrigado a citar, Sr. Primeiro-Ministro: corre hoje, na imprensa, que, na próxima semana, dois eurodeputados comunistas — Ilda Figueiredo e Joaquim Miranda — vão deslocar-se a Bagdad, ao Iraque. Pergunto, Sr. Primeiro-Ministro, se achará V. Ex.^a — como eu espero, sinceramente — que estes Srs. Deputados lá vão para dizer pessoalmente ao ditador Saddam Hussein que repudiam a violação dos direitos humanos, que repudiam o genocídio do povo curdo, que repudiam prisões sem culpa formada, que repudiam o desenvolvimento de armas de destruição maciça, que repudiam o apoio à Al Qaeda que, por exemplo, no 11 de Setembro, vitimou milhares de pessoas, alguns deles portugueses, e mais tarde também na Indonésia. Ou será que, pelo contrário, como eu não espero, se vão prestar a mais um exercício por parte de uma ditadura, como já aconteceu em Belgrado, que depois vai dizer: «até estiveram aqui eurodeputados a dar-nos apoio contra esta tirania da agressão norte-americana!»

Espero sinceramente que a intervenção destes eurodeputados comunistas no Iraque seja no sentido da responsabilidade.

Por último, e termino, Sr. Presidente, entende ou não, Sr. Primeiro-Ministro, como nós entendemos hoje e já entendíamos antes, que fez todo o sentido o carácter verdadeiramente prioritário que este Governo deu ao combate ao terrorismo quando o colocou na primeira linha das preocupações do novo conceito estratégico de defesa nacional?

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, agradeço a sua questão. Fez V. Ex.^a muito bem em lembrar posições do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista que demonstram não haver uma determinação por parte daquelas forças políticas quando se trata do repúdio de todas as formas de ditadura...

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Isso é falso!

O Orador: — ... e que tomaram, pelo menos por abstenção, pelo menos por omissão, posições que favoreceram a manutenção das ditaduras. A ida desses dois eurodeputados comunistas obviamente que se integra numa campanha que o actual regime iraquiano está a fazer para evitar ser desarmado pelas Nações Unidas.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Nós já respondemos!

O Orador: — São pessoas que já têm idade, experiência e conhecimentos suficientes para saber que estão a ser utilizados por uma ditadura, numa manobra de propaganda. A questão é que, se calhar, querem ser utilizados! A questão é que a ida de personalidades políticas, obviamente, se insere nessa campanha. Admito que haja alguns ingénuos, porque os há sempre — há quem lhes chame, por vezes, idiotas úteis!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Mas há casos em que não são idiotas nem são ingénuos! Há casos em que o fazem conscientemente, porque, no fundo, querem manter aquelas ditaduras!

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Apesar de tudo, uma lição importante deve ser retirada deste debate. Eu não quero unificar toda a esquerda na mesma posição!

O Sr. José Sócrates (PS): — Era só o que faltava!

O Orador: — Não quero fazê-lo! Quero tornar claro que, apesar de algumas reservas, o maior partido da oposição não está, penso eu,...

O Sr. José Sócrates (PS): — Pensa, Sr. Primeiro-Ministro?! Tem dúvidas?!

O Orador: — ...penso eu — ainda irá intervir mais algum Deputado —, não está com o Partido Comunista nem com o Bloco de Esquerda! Isto mostra, Srs. Deputados, o que seria do nosso país se, porventura, caísse para a esquerda, se tivesse um governo de esquerda!

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Exactamente!

O Orador: — Quando um governo de esquerda não teria capacidade de formular uma política coerente em matéria de política externa! Por isso, vos digo: estou orgulhoso da posição que o Governo português tomou e estou muito orgulhoso desta maioria que, com coragem e determinação, afirma a única posição que é compatível com os nossos interesses, mas também com os valores da democracia a que Portugal está tão firmemente apegado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para formular uma pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. **Bernardino Soares (PCP)**: — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, vamos à questão do Kosovo e das viagens, que têm sido aqui tão referidas.

Na verdade, o que aconteceu foi que estivemos na Jugoslávia em defesa da paz e contra os bombardeamentos que, naquela altura, se faziam, sem qualquer solidariedade com qualquer tipo de regimes. Foi isto que aconteceu. E, nessa altura, estiveram também lá representantes e observadores de vários países da União Europeia, que acompanharam as eleições a que o Sr. Primeiro-Ministro se referiu.

Sobre as delegações a Bagdad, é preciso dizer que estão presentes, numa iniciativa de vários Deputados do Parlamento Europeu contra a guerra, 34 parlamentares europeus, de 12 países...

O Sr. **Telmo Correia (CDS-PP)**: — Portugueses!

O **Orador**: — ... representando ou fazendo parte de quatro grupos políticos europeus, incluindo um Deputado do grupo parlamentar sueco homólogo do dos Srs. Deputados do CDS-PP.

O Sr. **Lino de Carvalho (PCP)**: — Exactamente!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida (CDS-PP)**: — Não há nenhum Deputado sueco no nosso grupo.

O **Orador**: — E, portanto, Sr. Primeiro-Ministro, o que tem de perguntar é se esses seus parceiros de coligação são advogados de Saddam Hussein e se estão sujeitos, por ingenuidade, à campanha que o Iraque está a desenvolver.

Chega de demagogia! Seja sério e aborde com seriedade as questões que estão aqui a ser debatidas!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Primeiro-Ministro, onde estava V. Ex.^a e a sua cruzada contra as ditaduras quando Saddam Hussein chacinava as oposições comunistas e outras e o povo curdo?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Onde é que estava a sua preocupação pelos direitos humanos nessa altura?

Aplausos do PCP.

Ou será que, nessa altura, por o Sr. Saddam ser aliado dos Estados Unidos da América e da NATO, já não eram condenáveis as violações dos direitos humanos, as chacinas e os assassinatos políticos que ele cometeu?

O Sr. **Lino de Carvalho (PCP)**: — Exactamente!

O **Orador**: — Será que, nessa altura, já não havia preocupações?!

Aplausos do PCP.

Sr. Primeiro-Ministro, o que temos em presença não é uma escolha entre a equidistância e a distância entre Bush e Saddam, é uma escolha entre a guerra e a paz,...

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — ... e é essa a escolha que temos de fazer neste momento. E o ónus da prova deve estar sobre a guerra. A guerra não deve ser feita sem qualquer requisito, como os senhores estão a preparar, para envolver Portugal numa guerra sem requisitos e apenas porque foi decidida pelos Estados Unidos da América.

O direito de fazer ouvir a voz de Portugal, a que o Sr. Primeiro-Ministro se referiu, é verdadeiro. A voz de Portugal deve ser ouvida, mas não apenas para concordar com a NATO, não apenas para concordar com os Estados Unidos da América, deve ser ouvida — e é este o nosso desejo — para defender a paz, para procurar a paz por todas as vias e para evitar a guerra.

Ou será que todos os que combatem esta opção, já tomada, pela guerra são os tais advogados de Saddam?! Os 41 Prémios Nobel americanos são advogados de Saddam?! São advogados de Saddam os bispos italianos que ontem se pronunciaram contra qualquer guerra?! É o Conselho da Europa advogado de Saddam?! São todos advogados de Saddam, excepto aqueles que, subservientemente, decidem apoiar os Estados Unidos da América e a sua ofensiva?!

De facto, Sr. Primeiro-Ministro, as questões estão a ficar claras. O Sr. Primeiro-Ministro já clarificou, e ainda bem que o fez, porque essa era a sua intenção, que o Governo português apoiará mesmo uma acção unilateral dos Estados Unidos da América contra o Iraque. Essa foi a posição que nos deixou aqui entender, há pouco, nas entrelinhas, como o Sr. Primeiro-Ministro lhes disse.

Do que se trata aqui na sua declaração e nas declarações que aqui fez hoje...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço que conclua, porque o seu tempo esgotou-se.

O **Orador**: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Como estava a dizer, do que se trata, na sua declaração de ontem e nas declarações que aqui fez hoje, é de uma verdadeira aceitação preventiva da decisão que os Estados Unidos da América tomarem sobre a guerra. É essa aceitação que nos envergonha e que não defende os interesses de Portugal.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Telmo Correia (CDS-PP)**: — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, a minha interpelação vai no sentido de informar V. Ex.^a e, através de V. Ex.^a, a Câmara de que, tanto quanto sei — e com o mal dos suecos posso eu bem —, não há qualquer Deputado sueco nessa delegação que pertença ao grupo de que o meu partido faz parte, mas, em qualquer caso, tome qualquer sueco as posições que tomar, nós com isso podemos bem.

Estamos preocupados com as posições dos portugueses e, tanto quanto sabemos, portugueses é só o PCP que se prepara agora, como fez em Belgrado, para se prestar a servir uma ditadura e a sua manobra de propaganda.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Protestos do PCP.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr. Presidente, peço também a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr. Presidente é para informar a Mesa e, pelos vistos, também o Sr. Deputado Telmo Correia que a informação que temos é que um Sr. Deputado de nome Vijkman, sueco, do grupo do Partido Popular Europeu,...

Vozes do CDS-PP: — Nós não pertencemos a esse grupo!

O **Orador**: — ... democrata-cristão, faz parte dessa delegação.

Vozes do CDS-PP: — Não pertencemos a esse grupo!

O Sr. **Presidente**: — Para responder ao Sr. Deputado Bernardino Soares, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Bernardino Soares, V. Ex.^a referiu que não são apenas comunistas que vão a Bagdad e que têm tido posições a favor da paz ou até posições críticas contra os Estados Unidos da América. De facto, não. Tem havido muitas outras pessoas. Já declarei que esta é uma questão extremamente difícil e complexa. Mas sabe quem é que, na Europa, se tem distinguido mais em termos de apelo à paz e contra a posição norte-americana? De longe, tem sido o Sr. Le Pen, o Sr. Haider e a extrema-direita europeia.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — A extrema-direita europeia é que tem liderado sempre o discurso anti-americano. Nessa matéria, VV. Ex.^{as}, mais uma vez, estão bem acompanhados.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Deputado Bernardino Soares, há uns que poderão ser ingénuos, mas há outros que não são nada ingénuos

quando tomam posições que, objectivamente, protegem o regime iraquiano.

O Sr. **Guilherme Silva** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Por isso é que quando V. Ex.^a vem aqui com o discurso que já conheço há tanto tempo do Partido Comunista, o discurso pacifista dos comunistas, o discurso das «pombas» comunistas... Meu Deus!... Se tivéssemos seguido esse discurso durante a confrontação com a União Soviética, se a Europa tivesse cedido a esse falso pacifismo, ainda hoje teríamos o totalitarismo da União Soviética no nosso continente.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — A verdade é que VV. Ex.^{as} não gostaram da declaração subscrita por mim e por outros líderes europeus e não devem ter gostado nada de ver, ao lado do Primeiro-Ministro português, o Primeiro-Ministro da Polónia, o Primeiro-Ministro da Hungria,...

Vozes do PCP: — O Berlusconi!

O **Orador**: — ... o Presidente da República Checa, Prémio Nobel da Paz, Vaclav Havel, uma das grandes referências da democracia no nosso continente...

Vozes do PCP: — O Berlusconi!

O **Orador**: — Compreendo que VV. Ex.^{as} estejam incomodados com essa presença, mas é o sentido da humanidade. O sentido da humanidade é o do fim das ditaduras. É um grande progresso que caíam as ditaduras, sejam de esquerda, sejam de direita. Se tivermos oportunidade de que esta ditadura de Saddam caia esse será um dia que todos os verdadeiros democratas deverão festejar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para formular uma pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Gama.

O Sr. **Jaime Gama** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, não temos dúvidas sobre a questão de fundo que aqui está em discussão, que se relaciona com a conduta internacional, errada, de um país — o Iraque — desde a guerra do Golfo, que, aliás, levou à aprovação, pela Nações Unidas, em 1991, de uma resolução muito importante, a Resolução 687, sobre o seu desarmamento.

Esse desarmamento foi, digamos, parcialmente cumprido, visto que o Iraque não tem hoje a capacidade convencional que tinha quando invadiu o Kuwait, não tem lançadores em número suficiente para transportar armas de destruição maciça; é praticamente adquirido pela Organização Internacional de Energia Atómica que não terá ogivas nucleares; e terá uma capacidade de concepção e de produção eventual de armas de destruição maciça no plano bacteriológico e químico.

Foi também em virtude de uma constante falta de capacidade do Iraque para cooperar com o sistema interna-

cional e com as Nações Unidas que o Conselho de Segurança aprovou a Resolução 1441, que, no fundo, institui um mecanismo reforçado de fiscalização do desarmamento do Iraque. E essa resolução está a ser aplicada.

O que agora nos surpreende na posição que o Sr. Primeiro-Ministro tomou ao assinar o manifesto com outros chefes de Estado e de governo é que a posição nele substantivada faz uma interpretação unilateral da Resolução 1441, porque ela define um sistema de inspecção reforçada, que ainda não tirou conclusões, e o artigo multimédia por eles assinado tira conclusões. E, ao tirar conclusões, «erosiona» a Resolução 1441.

Aliás, é isso que distingue a posição dos cinco primeiros-ministros europeus da União Europeia que assinaram esse documento das posições da União Europeia, porque as posições da União Europeia estão sempre orientadas para a centralidade do papel do Conselho de Segurança na constatação de violações à Resolução 1441, sobretudo no momento crucial, ao abrigo do artigo 39 da Carta das Nações Unidas, que é a constatação de que o Iraque viola a paz. Ora, esse é um ponto central para que se possa passar para o artigo 42 da Carta, como o Sr. Primeiro-Ministro bem sabe, e desencadear uma acção legitimada pelas Nações Unidas.

Por outro lado, o documento dos primeiros-ministros também não é um bom documento para a solidariedade transatlântica. Em primeiro lugar, porque evidencia que é muito pequeno o número dos seus subscritores, e muito pequeno dentro da União Europeia, não sendo uma forma de reforçar a solidariedade...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, peço-lhe que conclua, pois esgotou o seu tempo.

O Orador: — E, em segundo lugar, porque essa posição é tornada pública quando os Estados Unidos admitem que o mecanismo inspectivo deve prosseguir, pelo que, de certa forma, essa tomada de posição é quase que uma crítica aos Estados Unidos dado que ocorre um dia depois de este país ter decidido prosseguir o mecanismo de inspecções e habilitar o Conselho de Segurança para prosseguir plenamente o espírito e a letra da Resolução 1441.

Não vejo que a posição do Sr. Primeiro-Ministro tenha contribuído para consolidar o papel das Nações Unidas e da Resolução 1441...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu tempo está há muito esgotado. Peço-lhe que conclua.

O Orador: — ... para, de certa forma, assegurar uma posição unida da Europa e, sobretudo, não vejo, sinceramente, que tenha contribuído para manter a relação transatlântica no plano em que ela deve ser mantida.

Lamento o limite de tempo, mas não gostava de deixar passar em claro esta situação para exprimir estas preocupações.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jaime Gama, foi, de facto, a surpresa do debate. Até agora, eu estava a ser acusado de subserviência em relação aos Estados Unidos; agora sou acusado de ter assinado uma declaração que é crítica em relação aos Estados Unidos ou que criou dificuldades aos Estados Unidos.

Risos do PSD e do CDS-PP.

Era bom que VV. Ex.^{as}, a começar por si, Sr. Deputado, e pelo líder do seu partido, se entendessem em relação ao que pensam sobre essa matéria.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Curiosamente, em relação ao vínculo transatlântico, a posição do Sr. Deputado Jaime Gama, que está a actuar como o juiz da bondade transatlântica — congratulo-me com isso —, é diferente da do Presidente Bush, que, apesar de tudo, tem algumas responsabilidades na matéria como Presidente dos Estados Unidos e que considerou que a declaração foi positiva para o vínculo transatlântico e para a cooperação entre os Estados Unidos e a Europa.

Mas o Sr. Deputado Jaime Gama colocou outra questão interessante em relação ao Conselho de Segurança. Quero lembrar alguns dos termos do relatório do Sr. Hans Blix, que é o último documento que temos sobre a cooperação ou não do Iraque com as Nações Unidas.

O Sr. José Vera Jardim (PS): — Há dois! Leia o outro!

O Orador: — Diz ele: «A declaração de armamento exigida pela Resolução 1441 entregue pelo Iraque a 7 de Dezembro deixa questões por responder». Diz mais: «Falta saber onde estão 6500 ogivas químicas documentadas pela antiga missão de desarmamento da ONU e por declarar na lista de Dezembro». Diz ainda: «Bagdad não divulgou provas da alegada destruição das toneladas de antraz que se sabe foram produzidas, há fortes indicações de que produziu mais antraz do que as quantidades que afirma, podendo, por isso, ter stocks de reserva». «Segundo o Parágrafo 9.º da Resolução 1441,...» — diz Hans Blix — «... a cooperação deve ser activa, não é suficiente abrir portas, as inspecções são um processo de verificação com o objectivo de criar confiança e não um processo construído numa presunção de verdade, mas para levar à verdade».

O Sr. António Costa (PS): — Por isso, é preciso mais tempo!

O Orador: — Portanto, temos, de facto, aqui, elementos que configuram um desrespeito material pela Resolução das Nações Unidas.

E passo a citar a posição que subscrevi com outros chefes de Estado e de governo europeus, porque não tem aparecido na opinião pública e eu gostava de saber se o Partido Socialista está ou não de acordo com ela: «Nós, europeus, temos vindo a reiterar o nosso apoio à Resolução 1441, o nosso desejo de seguir a via da ONU e o nosso

apoio ao Conselho de Segurança, expresso na Cimeira da Nato, em Praga, e no Conselho Europeu de Copenhaga (...). Esta é a posição que nós tomámos, ou seja, uma posição a favor da ONU e do Direito Internacional.

Embora V. Ex.^a, Sr. Deputado Jaime Gama, não mo tivesse perguntado — e estava à espera que o fizesse, porque V. Ex.^a é, reconhecidamente, alguém que sabe de política externa, ao contrário de outras pessoas da oposição que hoje se pronunciaram e que, efectivamente, não sabem muito sobre essa matéria —, vou dizer-lhe por que razão não podemos agora ir até ao detalhe da nossa posição (tal como nos foi hoje aqui pedido, nomeadamente pelo Sr. Deputado Ferro Rodrigues e por outros Srs. Deputados). É que face a um cenário hipotético, que Portugal não deseja, de unilateralismo na resposta ao Iraque, se Portugal disser agora qual a sua exacta posição estará a prejudicar os esforços que estamos neste momento a fazer para que se evite uma solução unilateral!

Vozes do PSD: — É óbvio!

O Orador: — Esta é que é a questão! Este é que é o ponto!

Se nós, agora, dissessemos, como outros líderes estão a fazer, admito-o,... Mas eu também tenho o direito de não seguir outros líderes europeus!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Tenho o direito de pensar pela minha própria cabeça!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Se eu, agora, dissesse «em qualquer caso, Portugal estará com os Estados Unidos da América, se eles intervierem unilateralmente...», eu estaria a prejudicar a posição portuguesa! Se eu, agora, dissesse «em qualquer caso, Portugal estará contra os Estados Unidos da América, se eles fizerem uma intervenção unilateral...», eu estaria a prejudicar a posição portuguesa!

Mas eu não quero prejudicar a posição portuguesa! Por isso, digo (embora não me tenha sido perguntado) — aliás, eu já o disse aqui, hoje: nós dissemos «sim» aos Estados Unidos da América na utilização da Base das Lajes, mas a graduação da nossa resposta em relação a outros pedidos que fizeram ou venham a fazer dependerá da observância do Direito Internacional, dependerá de uma resolução das Nações Unidas, de uma resolução do sistema de alianças em que Portugal está integrado.

Julgo que, agora, está absolutamente clara, definitivamente clara a posição do Governo português!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, informo que o Sr. Primeiro-Ministro beneficiou, nesta resposta, da mesma tolerância de tempo que foi dada ao Sr. Deputado Jaime Gama. Não quero ser acusado, de forma alguma, de unilateralismo e de solidariedade atlântica, especialmente próxima.

Risos.

Para formular uma pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Miguel Ribeiro.

O Sr. Rui Miguel Ribeiro (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, antes de mais, quero congratular-me com o protagonismo e a clareza do posicionamento de Portugal em relação à questão iraquiana, assumida pelo Governo português esta semana, em conjugação com sete países aliados — sete países aliados e europeus, e tão europeus quanto quaisquer outros que assumiram posições diferentes.

Quero congratular-me também com o assumir da importância da manutenção e reforço das ligações transatlânticas que decorre, aliás, da definição do espaço estratégico de interesse nacional, consagrado recentemente, no conceito estratégico de defesa nacional, e ainda com a assunção clara da primazia da defesa do interesse nacional e da percepção do real e incontornável posicionamento geopolítico de Portugal no mundo.

Finalmente, quero referir a minha satisfação com a clarificação feita, hoje, aqui, no Parlamento, entre quem defende a democracia e o apoio aos seus aliados e quem contemporiza com a tirania e quem prefere «dar uma no cravo e outra na ferradura».

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E, a propósito, vou fazer, aqui, uma breve citação, que é a seguinte: «(...) o problema das Nações Unidas tem de ser visto em termos muito simples: sabe-se que uma intervenção do tipo da que foi realizada teria, no Conselho de Segurança, o veto da Rússia e da China, e só por isso não teria a aprovação do Conselho de Segurança. E a prova disso é que quando a Rússia introduziu no Conselho de Segurança uma resolução, pedindo a condenação e a suspensão dos ataques, essa resolução foi rejeitada pelo Conselho de Segurança por 12 votos contra 3.». Esta é uma declaração do Engenheiro António Guterres...

Protestos do Deputado do PS Joel Hasse Ferreira.

... no debate aqui realizado em 1999, a propósito dos ataques ao Kosovo.

Protestos do PS.

É caso para dizer: «mudam-se os tempos, mudam-se as vontades»!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Finalmente, eu gostava de colocar duas perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro.

Em função das lições que a História nos tem dado, quer a antiga, quer a recente do século passado, V. Ex.^a não entende que a tibieza, a fraqueza, a hesitação e a cedência perante aqueles que ameaçam a paz e apresentam riscos de agressão constitui o caminho mais célere para desembocarmos numa guerra?

V. Ex.^a rejeita a noção, aqui veiculada pelos vários partidos da oposição, de que a unidade europeia decorre

exclusivamente das posições emanadas do chamado eixo Paris/Berlim, enquanto que as opiniões do Reino Unido, de Portugal, da Itália, da Espanha, da Polónia, da República Checa, da Hungria e de outros são necessariamente divisionistas? Como é que V. Ex.^a encara esta obsessão pelo pensamento único e sempre anti-americano, sempre anti-britânico e com fortes conotações anti-atlânticas?

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Para terminar, pergunto se V. Ex.^a não concorda em que a defesa e o reforço do bom relacionamento transatlântico é uma prioridade da política externa e de defesa de Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rui Miguel Ribeiro, em relação às questões concretas que me coloca, vou responder também sem ambiguidades. Sim, é verdade que, normalmente, a tibieza conduz a catástrofes no pano internacional. E a minha convicção é a de que Portugal só ganha em exprimir posições claras e corajosas. Só assim a sua voz será ouvida.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Aproveito para esclarecer, porque ainda o não fiz, a questão que há pouco foi colocada pelo Sr. Deputado Jaime Gama, ainda que implicitamente, sobre o número daqueles que assinaram esta declaração. Esta declaração surgiu, inicialmente, entre Espanha, Reino Unido e Portugal — foi assim que ela surgiu — e, depois de já estar publicada, outros países assinaram essa declaração. Mas há muitos mais países europeus — muitos mais — que estariam disponíveis a assiná-la.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Sem dúvida!

O Orador: — Simplesmente, o objectivo não era fazer uma colecção de apoios.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Foram alguns chefes de governo que partilham posições nesta matéria que entenderam que as deveriam transmitir, precisamente para ajudarem à formação de um consenso transatlântico e evitar a ruptura entre os dois lados do Atlântico. E há muitos mais países da Europa que já nos vieram dizer, depois da declaração, que também poderiam e gostariam de a subscrever.

Protestos do PCP.

Portanto, não é uma questão de contar apoios mas, sim, de contribuir para uma posição comum.

Ao terminar este debate, Srs. Deputados, quero dizer-vos que, independentemente das divisões, podemos orgulhar-nos, porque Portugal é, neste momento, a se-

guir à Inglaterra, o País que mais discutiu na instituição parlamentar a questão do Iraque.

Há muitos países, na União Europeia, em que a questão ainda não foi discutida sequer uma vez em sessão plenária nos Parlamentos. Isto mostra que a atitude «cultura política» em Portugal está a avançar no sentido do pluralismo, do debate de ideias, para formar os consensos necessários. Sempre pensei assim. Sempre pensei que não é iludindo, que não é escondendo a informação, mas, sim, vir ao encontro do Parlamento, mesmo quando, por vezes, se trata de acentuar, infelizmente, algumas divergências, que se conseguem as condições para formar consensos mais sólidos na comunidade nacional.

Constatámos uma divergência de fundo em relação a pelo menos uma das forças políticas da oposição, que diz que, em qualquer caso, mesmo com uma resolução das Nações Unidas, está contra a resolução das Nações Unidas, está contra a posição da comunidade internacional se se tratar de desarmar o Iraque.

Parece-me que esta posição não colhe, de forma alguma,...

O Sr. José Sócrates (PS): — Parece!

O Orador: — ... o consenso na oposição. Parece-me que, apesar das divergências existentes entre a maioria e o Governo, por um lado, e o maior partido da oposição, por outro, há pontos que vão permitir que Portugal se apresente com uma voz audível, com uma posição una. E há pouco dei um pequeno exemplo, quando, surpreendido com a questão do Sr. Deputado Telmo Correia, eu disse imediatamente que apoiáramos uma personalidade socialista...

Vozes do PCP: — Que grande surpresa!

O Orador: — ... para Secretário-Geral da NATO, porque consideramos e continuamos a considerar que, quando estão em causa questões de Estado, quando se trata da sua afirmação na Europa e também de reafirmar a sua vocação no plano transatlântico, as bandeiras partidárias devem ceder e Portugal deve estar unido.

Foi um debate esclarecedor.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está terminado o debate com o Sr. Primeiro-Ministro, de quem nos despedimos, assim como dos Srs. Ministros.

No entanto, antes de dar por terminados os trabalhos de hoje, o Sr. Secretário da Mesa vai dar conta da entrada de um diploma.

O Sr. Secretário (Manuel Oliveira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deu entrada na Mesa, e foi admitido, o projecto de lei n.º 222/IX — Financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais (PS), baixa à Comissão Eventual para a Reforma do Sistema Político.

O Sr. Presidente: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, chamo a atenção da Câmara de que está agendada para a próxima

reunião plenária, que terá lugar na próxima quarta-feira, às 15 horas, a segunda leitura do Decreto sobre o Rendimento Social de Inserção, vetado pelo Sr. Presidente da República.

Sobre esta matéria, a minha interpretação das disposições regimentais é a de que o diploma deve ser discutido na generalidade e na especialidade, a fim de que possa ser votado na própria quarta-feira. Faço notar que há propostas de alteração a este diploma, e julgo que o mecanismo regimental aponta nesse sentido.

Se houver qualquer questão regimental poderemos esclarecê-la em Conferência de Líderes na próxima terça-feira, mas, em princípio, a minha interpretação é a que referi. Todavia, se houver alteração, esta será comunicada ao Plenário.

Teremos ainda, como ordem do dia, a discussão do projecto de lei n.º 66/IX — Aprova medidas de combate à evasão e fraude de contribuições ao regime da segurança social (PCP), além de um período de antes da ordem do dia.

Está encerrada a sessão.

Eram 12 horas e 55 minutos.

Srs. Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

Alexandre Bernardo Macedo Lopes Simões
Bruno Jorge Viegas Vitorino
Daniel Miguel Rebelo
Jorge Nuno Fernandes Traila Monteiro de Sá
Maria Manuela Aguiar Dias Moreira
Miguel Fernando Alves Ramos Coleta

Partido Socialista (PS):

Fausto de Sousa Correia
José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa
Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

Partido Popular (CDS-PP):

João Maria Abrunhosa Sousa
João Rodrigo Pinho de Almeida

Srs. Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:

Partido Social Democrata (PSD):

Manuel Filipe Correia de Jesus
Maria Elisa Rogado Contente Domingues

Partido Socialista (PS):

José Manuel de Medeiros Ferreira
Júlio Francisco Miranda Calha

Partido Popular (CDS-PP):

José Miguel Nunes Anacoreta Correia

Srs. Deputados que faltaram à sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa
Jorge José Varanda Perêira
Luís Manuel Machado Rodrigues
Manuel Joaquim Dias Loureiro
Marco António Ribeiro dos Santos Costa
Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares
Maria Natália Guterres V. Carrascalão da Conceição Antunes
Mário Patinha Antão
Sérgio André da Costa Vieira

Partido Socialista (PS):

Ana Maria Benavente da Silva Nuno
Francisco José Pereira de Assis Miranda
Manuel Alegre de Melo Duarte
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte

Partido Popular (CDS-PP):

Henrique Jorge Campos Cunha
João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo

Partido Comunista Português (PCP):

Maria Odete dos Santos

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.



DIÁRIO

da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85



IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, € 0,05 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

PREÇO DESTE NÚMERO (IVA INCLuíDO 5%)

€ 1,80

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1099-002 Lisboa.